

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Brisa Pires Moura

**MEMÓRIAS DE TAPERA: UMA REFLEXÃO SOBRE MEMÓRIA E
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES EM RELAÇÃO À ASCENDÊNCIA
INDÍGENA EM ACARAÚ.**

Porto Alegre

2022

Brisa Pires Moura

**MEMÓRIAS DE TAPERA: UMA REFLEXÃO SOBRE MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO
DAS IDENTIDADES EM RELAÇÃO À ASCENDÊNCIA INDÍGENA EM ACARAÚ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Quintero

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

MOURA, BRISA PIRES

MEMÓRIAS DE TAPERA: UMA REFLEXÃO SOBRE MEMÓRIA E A
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES EM RELAÇÃO À ASCENDÊNCIA
INDÍGENA EM ACARAÚ. / BRISA PIRES MOURA. -- 2022.

92 f.

Orientadora: PABLO QUINTERO.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. memória. 2. etnicidade. 3. indígena. 4.
violência. 5. identidade. I. QUINTERO, PABLO, orient.
II. Título.

Brisa Pires Moura

**MEMÓRIAS DE TAPERA: UMA REFLEXÃO SOBRE MEMÓRIA E
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES EM RELAÇÃO À ASCENDÊNCIA
INDÍGENA EM ACARAÚ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Antropologia Social.

Aprovado em: 16 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Handerson Joseph - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Isabelle Braz Peixoto da Silva - Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Dr^ª. Katiane Silva - Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Pablo Quintero - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (orientador)

*Dedico esse trabalho a meus pais, e as
pessoas interlocutoras dessa pesquisa a
quem sou eternamente grata.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a meus pais, Maria Zenilda e José Viêdo, que, junto comigo foram pesquisadores deste trabalho. Me ajudando a construí-lo desde o período da sua concepção, e até bem antes disso, por terem me permitido viver em Acaraú, crescer acampando em manguezais com pescadores e marisqueiras, a riqueza e a importância de ouvir as histórias dos mais velhos e também pelas histórias que me confiaram. Obrigada por terem me criado na beira do mar e me ensinado sobre as coisas que realmente são importantes. Desafiando quem mais possa duvidar de que um homem que fez até a quarta série do ensino fundamental e uma mulher neurodivergente que não concluiu o ensino fundamental, pudessem dar as mais profundas aulas de antropologia e história que qualquer um pudesse imaginar.

agradeço a todos envolvidos na legislação da Lei de Cotas, esse trabalho só existe, e eu só estou aqui, graças a ela e ao trabalho de todos que se dedicam a permitir que mais mulheres, Nordestinas, neurodivergentes, das classes mais baixas e estudantes de escola pública -como eu- consiga chegar onde quiserem. Para entrar na universidade fui a última chamada da última chamada das cotas de renda e de escola pública e esse fato mudou minha história. É graças a essa história que me tornei a primeira formada do meu núcleo familiar e através deste trabalho a primeira mestre.

Agradeço a todos os professores que tive, desde os meus primeiros anos de estudo até o mestrado, por encararem uma profissão que raramente é reconhecida pelo valor que tem e através disso terem mudado a minha vida. Não canso de falar que se não tivesse a passagem de alguns professores na minha trajetória eu não teria conseguido.

A todos que seguraram minha mão e não me permitiram desistir, mesmo quando até acreditei que não havia mais caminho. Obrigada por não terem desistido até quando eu mesma desisti de mim.

A meu companheiro Christiansen que de alguma forma está inserido em todos esses agradecimentos, que segurou na minha mão, mesmo nos momentos mais difíceis e que me ajudou a me reerguer, e que inclusive me ajudou na construção desse trabalho, construindo mapas e ouvindo todas as minhas ideias.

A todos os interlocutores desta pesquisa, que mesmo estando aqui presentes de forma anônima, me confiaram suas narrativas tão profundas, e que junto comigo escreveram esse trabalho. Sem a confiança de vocês e o dever de passar adiante as histórias que me contaram, eu provavelmente não teria continuado.

A Lucy pelas conversas e problematizações da minha escrita, por ouvir tantas vezes eu falando empolgadíssima sobre este trabalho. Por segurar na minha mão e por também não ter desistido.

Ao CNPQ, pelo subsídio desta pesquisa. Sem a bolsa eu provavelmente não teria sequer me mantido no mestrado ou conseguido viver no Rio Grande do Sul.

Ao Gilvan por ter me botado na garupa de sua moto e me levado para conhecer mais as pessoas de Curral Velho.

A seu Chiquinho e Dona Maria, vizinhos tão queridos que compartilharam comigo tantas histórias e toda a cultura das pessoas que viviam nos mangues e nos salgados de Acaraú.

A todos os meus amigos que mesmo no outro lado do país permaneceram comigo e a todos os amigos que eu conheci no Rio Grande do Sul.

Ao meu orientador Pablo Quintero, por toda a paciência e compreensão mesmo quando nem eu me compreendi. Se não fosse por isto este trabalho provavelmente não existiria.

A todos os professores que tive até aqui, por acreditarem na educação pública e em mim.

A todos os que, junto comigo, sobreviveram a pandemia do Covid-19 e a governo autoritário e cheio de retrocessos capitaneado por Jair Messias Bolsonaro.

A todos os nordestinos que saíram da terra em busca de uma vida melhor e que vive com o coração cheio de saudades de casa.

A todos os que sofrem no mundo, simplesmente por ser quem são.

RESUMO

Em Acaraú, cidade do extremo Norte do Estado do Ceará, localizada a aproximadamente 238 km, da capital do Estado, Fortaleza. Quando se questiona sobre o passado e a ancestralidade das pessoas, dificilmente se tem uma resposta direta, em especial quando o assunto é a questão indígena. Paira na região, uma sensação de temor e muitas pessoas constroem a ideia que tem de si mesmas tendo como base os processos históricos vividos por eles e seus ancestrais. Neste trabalho, que se utiliza bastante do olhar da Antropologia Histórica, vamos, ao longo de cada capítulo, investigando as relações entre, memória, ancestralidade e identidade através da história de vida da pesquisadora e das pessoas interlocutoras da pesquisa. Analisamos assim, desde as narrativas que lhes foram contadas por seus antepassados até as suas próprias experiências de vida, e o impacto que elas têm nos dias de hoje. Entre as principais metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas estão, entrevistas em profundidade, histórias de vida e a etnografia.

Palavras-chave: memória; etnicidade; indígena; violência; identidade.

ABSTRACT

In Acaraú, a city located in the extreme North of the State of Ceará, located approximately 238 km from the capital of the same State, Fortaleza. When asked about the past and ancestry of people, it is difficult to get a direct answer, especially when the subject is the indigenous question. A sense of fear hovers over the region and many people build their idea of themselves based on the historical processes experienced by themselves and their ancestors. In this work, which uses a lot of the look of Historical Anthropology, we go throughout each chapter investigating the relationships between memory, ancestry and identity while through the life story of the researcher and the people who spoke in the research. Where we analyze from the narratives told them by their ancestors to their own life experiences and the impact they have today. Among the main methodologies and research techniques used are in-depth interviews, life history and ethnography.

Keywords: memory; ethnicity; indigenous; violence; identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Acaraú.....	14
Figura 2 – Mapa da região de Acaraú.....	17
Figura 3 – Igreja de Almofala sendo desenterrada.....	69
Figura 4 – Localização do Serviluz na cidade de Fortaleza.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: ACARAÚ E A INDIANIDADE	19
1.1. TERRA, IDENTIDADE E MEMÓRIA EM ACARAÚ	21
1.2. SER OU NÃO SER INDÍGENA	27
1.3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO	33
CAPÍTULO 2: O COLONIZADOR E O CORONEL	37
2.1. DE ONDE VIERAM OS CORONÉIS?	39
2.2. QUANDO NÃO DÁ PARA VOLTAR PARA CASA	45
2.3. AS TERRAS QUE ANTES ERAM LIVRES	51
2.4. QUEM TEM MEDO DO ÍNDIO E/OU DE SER INDÍGENA?	53
2.5. UM PROJETO PARA NEGAR A EXISTÊNCIA DE PESSOAS	59
CAPÍTULO 3: DESLOCAMENTOS	62
3.1. DE ONDE VIERAM OS BRANCOS?	62
3.2. DESLOCAMENTOS NA REGIÃO	65
3.3. OS QUE FICARAM	70
3.4. PARA ONDE FORAM?	73
CONCLUSÕES	80
BIBLIOGRAFIA	85

INTRODUÇÃO

Falar de Acaraú e de ser acarauense é muitas vezes um exercício de quebra dos pequenos e grandes tabus internos de silenciamento. Como ficará claro aos leitores, o trabalho não trata de uma pesquisadora e sua inserção num campo completamente desconhecido, pelo contrário uma etnografia que apesar de problematizar questões coletivas e internas, também reflete sobre o meu lugar e a minha própria ancestralidade.

Meu bisavô paterno era um contador de histórias e passou para meu pai esse hábito de refletir sobre as pessoas e o poder à sua volta. Desde criança ouvia as histórias sobre esse meu ancestral que faleceu com 98 anos e tinha nascido no ano de 1900 e teve contato com grande parte das histórias dessa cidade, muitas vezes tenebrosas e cruéis. Meu bisavô apesar de denunciar diversas histórias e tê-las guardado nas narrativas que passou para o meu pai, também carregava um nome e uma cor cercada de privilégios. Ainda lembro da normalização quando me contavam que quando meu bisavô era criança, ele não pisava no chão, era carregado por uma pessoa que servia a família. Hoje problematizo se por acaso esta pessoa recebia alguma coisa por tal serviço humilhante.

Também foi seguindo os caminhos construídos por essa dissertação que encontrei uma família Moura que, apesar de não ter se transformado em uma família de coronéis, foi extremamente cruel com pessoas que viviam na região. Inclusive, como ouvi da boca sorridente de um interlocutor desta pesquisa que amava e idolatrava sua ascendência europeia, me disse “você sabe que os antepassados do seu pai invadiram a localidade de onde veio a família da sua mãe? Um ancestral do lado do seu pai queimava as casas de palha e quando as pessoas saiam correndo eles atiravam” (conversa com interlocutor, 2021).

Meu avô paterno morreu durante a pandemia de covid-19, que se iniciou em 2020, quando eu vim para o Rio Grande do Sul para fazer mestrado. Adiei muito fazer uma entrevista com ele, perdendo assim o tempo de fazê-la e conhecer um pouco mais sobre a história da minha “parte com índio”, como falam na região. Estou bem longe de um dia me dizer indígena, fui criada na sede do município e apesar de ter crescido com as histórias das famílias de outras pessoas, ainda não consegui desbravar as origens das minhas próprias histórias. Dos Moura tenho registros escritos, do lado de minha mãe tenho

a certeza de que sua família vem de Itarema, de uma localidade cercada de terras indígenas que até hoje buscam sua demarcação e resistem as diversas tentativas de expulsão.

Para além da minha história, gostaria de iniciar a escrita deste trabalho esclarecendo que ele não se inicia depois que consegui ingressar no meio acadêmico. Meu trabalho começou bem antes disso, quando eu sentava desde muito menina com meu pai na frente da casa de seu Chiquinho e Dona Maria, meus queridos e antigos vizinhos e ouvia as histórias do Curral Velho, da nossa comida, das “visagens” (que seriam seres sobrenaturais, místicos e às vezes tratados como lendas) das rezas fortes, que garantiam às pessoas que as proferiram quase super poderes. Infelizmente o relato deles também não pode ser incluído neste trabalho. Seu Chiquinho teve Alzheimer e Dona Maria foi morar longe da gente.

Esse trabalho também foi escrito por todas essas pessoas e com a sensação de que quanto mais passa o tempo, apesar de as histórias sempre serem repassadas, elas vão perdendo detalhes, vão perdendo memória. Passei os últimos anos, estudando sobre as pessoas ao meu redor, ouvindo idosos, clientes da minha mãe no salão de beleza e, como dizemos em Acaraú, “me embrenhando” dentro de mim e das histórias dos outros.

Acho que a relação entre memória e tempo às vezes pode ser cruel e, talvez por isso, desde a graduação, e mesmo antes da minha entrada no mestrado, contrariando as indicações da minha banca de monografia que disse já naquela época (2017) que eu tinha material suficiente para fazer a minha futura dissertação de mestrado, continuei ouvindo quem pude, continuei recolhendo e refletindo sobre essas histórias. Um conteúdo que me trouxe mais de 30 gravações que não couberam neste trabalho como citações diretas, mas que de alguma forma permaneceram presentes, nas reflexões e no que eu escrevi em decorrência delas.

Desde 2017 até aqui, perdi 3 interlocutores de pesquisa, e me sinto aliviada por ter sentado com eles e ouvido suas histórias. Histórias que muitas vezes não foram contadas em voz alta para alguém de fora da sua família.

Além das minhas idas a campo em outras localidades, que não a sede do município de Acaraú, meu país, além de todos os outros interlocutores, também me ajudaram a escrever esse trabalho, não só quando me deixaram crescer ouvindo histórias, mas quando de fato me ajudaram recomendando pessoas com quem eu poderia falar, indicando pessoas que queriam ser ouvidas, conversando junto comigo em entrevistas que

quase se tornaram grupos focais, ou até mesmo quando eu estava distraída em meu quarto e minha mãe, cabeleireira que tem um pequeno salão em sua casa, vinha correndo a me chamar “porque estava com um cliente que eu precisava ouvir”.

Falar sobre Acaraú, além da parte bonita e nostálgica, também representava ouvir que eu deveria ter me cuidado de não citar o nome de certos políticos, é lidar com o medo dos meus interlocutores e com o medo deles por mim. Acaraú, assim como o Brasil, não tem uma história que é só bonita, não tem uma história só de praias e águas transparentes e mornas, tem também a história de muitas injustiças e acontecimentos terríveis dentro desse mesmo solo.

Para mim, a relação entre a memória das famílias de Acaraú que foram injustiçadas pode ser resumida em uma palavra: *tapera*. Que quer dizer ruínas, casa velha, ou lugar onde existia uma casa, mas fala muito sobre o quanto, na memória dos meus interlocutores, as injustiças que viveram e a lembrança de seu lugar de origem é muito mais forte e viva dentro deles do que podemos imaginar. Tapera, na região, significa também o lugar onde havia as casas que já não existem mais, mas que ainda ocupam um lugar bastante presente na memória e nos sentimentos das famílias que um dia as habitaram ou conheceram.

Algo que também é relevante de ser dito, é que mesmo imersa em um universo de histórias narradas pelos meus parentes dos mais diversos lados da minha família, antes de eu sair de Acaraú, não havia notado a distinção de alguns de seus fenômenos e tabus. Foi apenas quando com 19 anos saí de Acaraú que fui viver na capital do Estado do Ceará, Fortaleza. Só separada da minha cidade de origem, por uma distância de aproximadamente 238km, é que pude ter contato com outras narrativas distintas da cidade onde nasci e cresci e é só aí que entendi que nasci em um lugar que, embora repita uma história comum a diversos lugares do país, simultaneamente, é extremamente complexo e distinto principalmente quando mergulhamos em suas camadas.

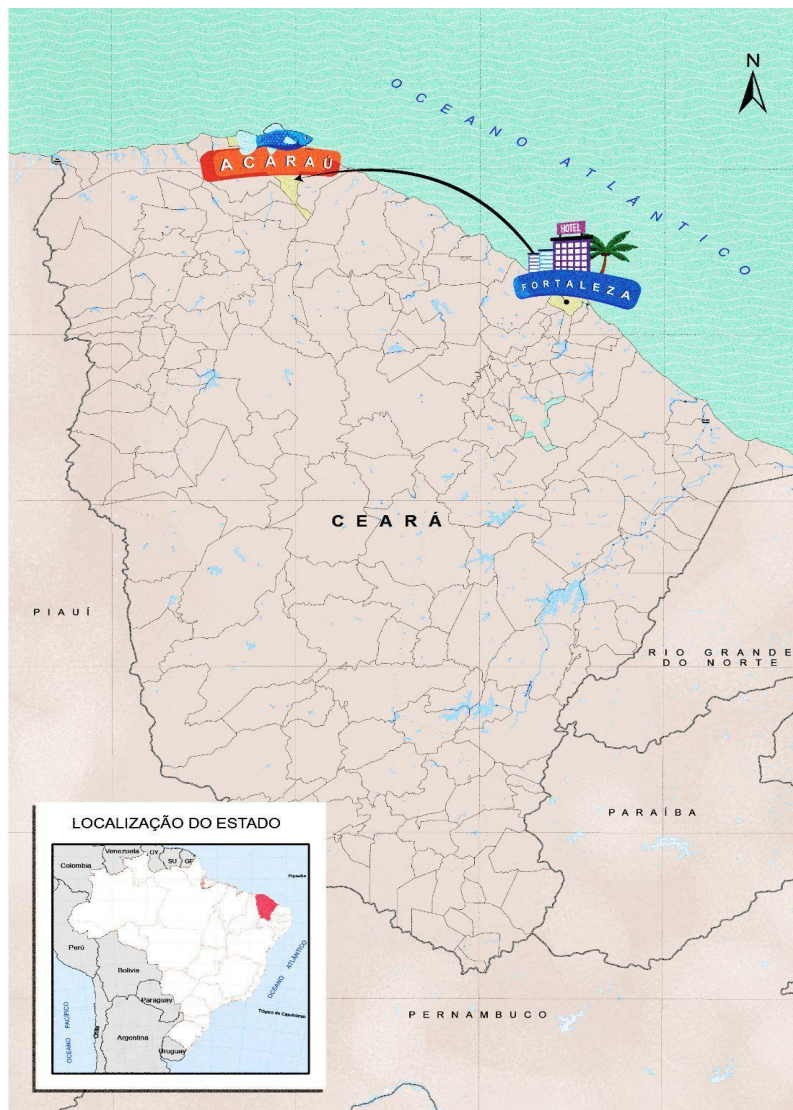


Figura 1: localização de Acaraú. Mapa do Ceará destacando a localização da cidade de Acaraú e da capital do estado, Fortaleza.

Portanto, não podemos dizer que Acaraú é uma cidade que é próxima de Fortaleza, como podemos ver na *Figura 1*, logo acima, a região já se aproxima bastante do Piauí¹ e fica praticamente no meio do caminho entre a divisa com o outro Estado e a capital do Ceará, Fortaleza.

Para a realização da pesquisa desta dissertação, não só porque estamos falando de um trabalho de conclusão de um mestrado em antropologia, mas por conta da própria

¹ A distância entre Acaraú e Parnaíba, única cidade litorânea do Estado do Piauí, é de aproximadamente 236,9 km.

natureza do campo e do assunto, me utilizo majoritariamente de metodologias de pesquisa qualitativas. Considerando neste trabalho, uma etnografia, que desenvolvi através de entrevistas em profundidade e de testemunhos de pessoas interlocutoras (DAS, 2011), além de histórias de vida de interlocutores, que em muitos casos eram meus parentes e pessoas bem próximas a mim e em determinados momentos se cruzam com a minha própria história.

Este é sem dúvida um trabalho etnográfico que não tivesse existido se fosse construído por um pesquisador que desconhecesse Acaraú um pouco menos do que um acarauense. Ou que até mesmo fosse um pouco menos imerso e afetado por tudo o que foi contado durante esse processo. Que não foi pouco, e podemos inclusive dizer que as inúmeras narrativas presentes nas páginas que se seguem são apenas só resumo de aproximadamente trinta áudios, gravados entre 2017 e 2021, além de conversas informais e do meu diário de campo.

Já em relação as ferramentas teóricas que foi utilizado, me ajudou muito refletir com os clássicos estudiosos que relacionam memória a construção dos processos identitários e entre eles destaco os trabalhos de Jacques Le Goff (2003) e Maurice Halbwachs (1990). De forma e com temáticas semelhantes, só que mais próximos às Ciências Sociais, temos também os trabalhos Paul Connerton (1999) e Michael Pollak (1992) que investigaram como essas memórias coletivas interferem em grupos humanos.

A proposta deste trabalho é por tanto, construir uma reflexão com base no que chamamos de Antropologia Histórica, trazendo uma análise sobre as formas de ser e de viver dos interlocutores na atualidade, e as observando como frutos desse processo investigado. E para isso não podemos deixar de mencionar o estado de silenciamento que vive a comunidade ainda nos dias de hoje. Para pensar esse processo em Acaraú, trago o trabalho de Michael-Rolph Troiullot (2016), que apesar de falar de um lugar geográfico bem distinto do que trato aqui, o Haiti, nos permite traçar diversas similaridades no ponto de vista dos processos de silenciamento.

Ainda em relação à bibliografia também acreditei ser essencial trazer o trabalho de autores que estudaram o contexto das populações indígenas no Nordeste do Brasil, o mais notório deles e que sem dúvidas exerce um grande diálogo com esse trabalho é a obra de João Pacheco de Oliveira (2003, 2004, 2006, 2016, 2020). Ainda seguindo a mesma linha de pensamento, é importante ressaltar o trabalho de Carlos Valle

(2004 e 1993), o quem pesquisou bastante na região, tendo inclusive visitado Acaraú e ficando hospedado na cidade.

Outro processo que é importante ser trazido é a construção de dois dos mapas utilizados para ilustrar o trabalho e localizar melhor o leitor (Figura I e Figura 2) em especial o mapa (Figura 2), produzidos com base nos mapas cartográficos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adaptados por mim em parceria com Christiansen Salazar, meu companheiro, com base na minha experiência de campo e nas narrativas que ouvi de meus interlocutores.



Figura 2: Mapa da região da cidade em Acaraú, com marcações dos lugares do campo visitados durante a pesquisa. Também mostra as regiões com comunidades indígenas e quilombolas na região.

Na *Figura 2*, podemos ver as localidades e distritos de Acaraú que foram visitados durante a pesquisa. Como pode ser visto através do mapa me ative apenas a região litorânea. As localidades visitadas foram então: A sede do município de Acaraú que é onde fica o salão da minha mãe e algumas casas de interlocutores, em seguida temos as localidades de Cacimbas, Curral Velho de Baixo, Lanza Velha, Curral Velho de Cima, Praia de Arpoeiras, Espraiado e Ostra. O mapa também traz a localização de três comunidades indígenas localizadas na região e a comunidade quilombola.

Falando de forma mais prática sobre os caminhos que seguiremos aqui, obviamente tive que fazer alguns recortes para não me perder, nem perder os leitores em uma vasta complexidade de narrativas. No primeiro capítulo, intitulado “Acaraú e a indianidade” trato sobre o contexto da região, sua paisagem, sua história e seus tabus. Nessa parte do trabalho vamos nos deparar com duas visões específicas de Acaraú, a superficial, que parece harmônica e receptiva e que à primeira vista nos traz a velha e falsa sensação provocada pelo mito da democracia racial do país. E a cidade que se conhece quando se mergulha nas camadas e nas memórias de sua população, marcada por processos de violência e silenciamento.

Já no capítulo seguinte, o capítulo dois, “O colonizador e o coronel”, me refiro mais diretamente sobre esses processos de violência, o impacto que eles tiveram e ainda tem na realidade das pessoas que moram lá e a forma com que o poder local, assim como os processos de exploração, é repassados de geração em geração. Esse capítulo também traz reflexões sobre a política e o impacto que alguns casos de violência tiveram na consolidação de silenciamentos e de tabus locais.

Na terceira parte deste trabalho, serão abordados os arranjos e rearranjos vividos pelas pessoas de origem indígena. Os processos de migração da região, a reorganização do espaço, além de trazermos uma reflexão sobre como as pessoas que foram expulsas de suas terras de origem se realocaram em outros lugares e como interpretam a sua própria ancestralidade.

Não poderia finalizar esta introdução sem explicitar que sem a ajuda de meus pais nas incursões ao campo e inclusive participação durante as entrevistas, possivelmente este trabalho não seria o mesmo, ou talvez sequer tivesse sido realizado. Além disso, sem a coragem de muitos dos meus interlocutores de falarem sobre suas histórias de vida e suas memórias, mesmo diante do temor que lhes fora imposto desde sempre em suas vidas, a

imersão nesse trabalho não seria tão profunda e talvez não tivéssemos entendido uma linha desse emaranhado que é Acaraú. E quando penso nisso, penso que ainda existem muitas histórias a serem contadas na região e que realmente não é o pesquisador que escreve o trabalho sozinho. Por aqui eu apenas caminhei por coisas que já estavam escritas por gerações na vida e nos pensamentos de meus interlocutores.

Dito isso, espero que a leitura das páginas que se seguem sejam produtivas para as pessoas que as leem, assim como foi para eu participar da construção dessa pesquisa. Afinal de contas, esse trabalho não fala só de mim ou de meus interlocutores de pesquisa, também não fala só sobre memória, história e identidade em Acaraú. Este trabalho fala sobre o país em que vivemos e as raízes que permitem que muitas injustiças continuem acontecendo.

CAPÍTULO 1: ACARAÚ E A INDIANIDADE

Neste capítulo, vamos tratar sobre a região de Acaraú atualmente, a forma com que as pessoas se percebem e como se identificam a partir de suas ancestralidades indígenas. A partir disso, nesse primeiro momento será exposto de uma maneira mais direta as questões relacionadas ao tabu que a ancestralidade indígena provoca na região e as formas e momentos em que essa ancestralidade emerge e submerge dentro de variadas situações do cotidiano.

Acaraú é uma cidade de muitas paisagens: praias, coqueirais, manguezais e vários outros cenários, tendo, portanto, uma grande extensão territorial², que se finda em muitos momentos em praias, onde algumas delas até hoje reconhecidas mundialmente como destinos turísticos internacionais. Essa imagem de um lugar próximo a destinos caros e cobiçados internacionalmente se torna contrastante, pois ao passo que há na região muitos desses lugares cheios de grandes hotéis e pousadas, há algumas praias simples e ainda consideradas de difícil acesso onde vivem majoritariamente famílias de pescadores e marisqueiras.

Existe então, quando se fala das características das pessoas de Acaraú, a população da sede do município que é considerada mais urbana, a população das praias, pescadores e marisqueiras e o ainda não mencionado povo das matas que são as pessoas que vivem na zona rural da cidade, no sentido oposto ao do mar e que tem sua subsistência em grande parte ligada à agricultura.

Esse cenário coloca a cidade como uma das raras localidades do país que condensa a maior parte de seus habitantes fora das zonas urbanas³. Assim, o Centro de Acaraú funciona como um polo para toda essa região, sendo um ponto estratégico tanto por ser considerada a maior cidade do chamado Vale do Acaraú ou Baixo Acaraú quanto por

² O IBGE estima que, a área do território de Acaraú corresponde á aproximadamente 882km².

³ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população que vive na zona rural de Acaraú, ou como dizem na região, nas praias e nas matas, é nos dados mais recentes de 50,93% o que é algo discrepante a média nacional que é de apenas 15,65%. A população total de Acaraú estimada pelo ultimo censo, 2010, é de 60 mil habitantes, tendo sua população flutuante sazonal devido à pesca e ao período de irrigação no perímetro irrigado que fica em sua extensão.

ter em seu território uma enorme variedade de distritos, onde se concentra a maioria da população.

Desta forma e principalmente nas Sextas-feiras, é comum que as pessoas venham de cidades menores, e das zonas mais distantes do Centro, para resolver questões burocráticas ou apenas fazer compras no Centro e na feira da cidade. Essa grande quantidade de transeuntes vem principalmente das zonas de praias ou matas, algumas de regiões bem remotas e só acessíveis através dos carros pau-de-arara⁴. A cidade polo da região, ainda é uma cidade bem pequena, mas que abriga várias instituições bancárias, nenhum caixa 24hrs e muita história.

Mesmo sendo localizada nessa região, a praia mais próxima ao Centro da cidade, não está entre as frequentadas pelos famosos ou os conhecidos “gringos”. Trata-se de uma faixa litorânea que abriga um fenômeno raro, curioso e nem sempre valorizado ou visto com satisfação por parte dos moradores, a “praia é seca” e nem sempre esse fenômeno é atrativo para o turismo de massa. O que ocorre é que quando a maré da praia baixa a água some por completo, às vezes se tem mais de 5 km de um deserto com as marés mais baixas, quase não se avista a água do mar, muitas vezes alguns tentam se aventurar até chegar a algo e por vezes desistem e preferem esperar ou se sentar em alguma poça de água até que o mar retorne.

Depois de aproximadamente duas horas a depender das marés a água reaparece e de alguma forma acaba contrariando a lei da física que diz que quando o sol está quente a água fica gelada. O fato de em pouco tempo cobrir um deserto faz com que a água receba calor dos dois lados, de baixo através da terra, que acumulou o calor do sol e de cima, do próprio sol. O resultado é uma água bem quente, em um mar calmo. O fenômeno que faz o mar aparecer e desaparecer é relacionado justamente ao fato de ser uma praia extremamente plana e que por tanto, tem ondas bem calmas e não tem tantos casos de afogamento.

É comum que as pessoas da cidade reclamem da sua praia. Assim como é comum que reclamem de muitas coisas da sua história, além do que tentam esquecer ou fazem silenciar e, que se diga de passagem, seria difícil se não fizessem dessa forma tendo

⁴ É um meio de transporte considerado bem comum no Nordeste do Brasil, é geralmente um caminhão ou similar adaptado na parte de trás para carregar passageiros. Principalmente as pessoas da zona de praia necessitam desse transporte, pois a imensa quantidade de dunas, às vezes quase que imensos desertos brancos, impede que qualquer veículo sem tração 4x4 consiga acessar esses lugares.

em vista toda a construção e a história do lugar. Como uma acarauense sempre presenciei e cresci me perguntando sobre todos esses aspectos, como o povo de uma cidade podia negar tanta parte de coisas que são tão presentes em seu cotidiano, parte das coisas que eles realmente são, e hoje a percepção que eu tenho é que tudo faz parte de uma história composta e repetida sempre pelos mesmos atores “os gringos”, os da mata, os da praia. Acredito que acima de tudo, o que vai ser trazido por esse trabalho nos mostra que existem várias formas de pertencer e ser pertencente a essa naturalidade.

Tendo em vista toda essa narrativa que fala até de uma maneira poética sobre como se arranja e convivem sobre uma redoma de cristal uma variedade tão grande de pessoas, assim como a história oficial do Brasil, temos dificuldade de ver se não bem de perto os fios que realmente estão por trás dessa trama. Não acredito que Acaraú seja uma cidade fácil de esquecer, embora por sua própria história, talvez eu possa afirmar, que Acaraú é uma cidade onde as pessoas esquecem. E algumas das principais coisas a serem esquecidas são, justamente, o que constrói parte da unidade e do ser acarauense.

1.1. TERRA, IDENTIDADE E MEMÓRIA EM ACARAÚ

Da forma com que iniciamos esse capítulo pode ser passada a sensação de que todos esses processos e todas as partes que envolvem hoje Acaraú, principalmente às Sexta-feiras, fazem parte de um processo que desenharia uma mistura harmoniosa e sem conflitos, marisqueiras, pescadores, “os gringos” que vem de outros países para “turistar”, indígenas vindos de comunidades que se encontram nas zonas da Mata e da praia da cidade, comerciantes, membros de comunidades quilombolas etc.

Mas acredito que as Sextas-feiras de Acaraú nos dizem muito mais sobre o que é isso. São na verdade uma demonstração de que as coisas são realmente mais complexas do que parece ao olhar mais superficial, e nos mostram que há um processo histórico de silenciamento e muitas camadas por parte da suposta naturalização da diversidade que há na cidade. Talvez Acaraú seja de muitas formas uma parcela do Brasil que se esconde atrás

do mito da harmonia e cooperação entre as raças, tudo parece uma grande obra freyriana (1933) até que se penetra em camadas que nem sempre precisam ser tão profundas.

Veremos no próximo capítulo o quanto essa história e essas camadas coincidem não só com o que vemos no restante do país, mas vão também de encontro com uma história mais específica que é a história do próprio Nordeste.

Também não é algo perceptível, principalmente a um observador externo o quanto é complexa a relação entre as pessoas dessa região com a história e as formas que as pessoas encontram para lidar com ela. Obviamente é sempre mais simples, apesar de ainda ser um grande desafio, perceber como se dão a formação dos processos identitários nos lugares da região onde já há um reconhecimento ético que parte da própria população e que geralmente está ligado a alguma luta política, assim como acontece em Almofala, Telhas e Queimadas com comunidades indígenas que lutam pelo processo de demarcação ou até mesmo entre os Quilombolas do Córrego dos Iús, que apesar de já terem suas terras demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ainda sofrem com as constantes tentativas de expropriação.

Acredito que esse trabalho parte muito da inquietação, que talvez já tenha sido feita e pensada junto com a resposta, de pensar sobre as famílias da região que não estavam nessas áreas que hoje estão organizadas politicamente. Afinal de contas quem chegou com documentos e fronteiras muito bem demarcadas foram os brancos. Talvez seja triste dizer que esse trabalho fala das pessoas que já perderam suas terras originárias e da esperança de que algum dia algumas delas busquem retomá-las. Embora, como veremos, esse movimento de emergência étnica⁵ (Oliveira, 1998) talvez seja muito mais complicado que em outros casos.

Parecem existir situações em que a luta pela terra é uma questão de sobrevivência e subsistência, em outros momentos a resistência desses povos se dá através de estratégias de aceitação. Veena Das (1999), em seu trabalho "Fronteiras do tempo e da violência", fala de outras formas de resistir que muitas vezes não são ligadas ao conflito direto, seja por falta de recursos ou por falta de algo para o qual recorrer. Colocando inclusive que o silêncio é uma forma de resistir e isso parece presente em Acaraú, se tem

⁵ Para João Pacheco de Oliveira (2004) emergência étnica se trata do momento em que as etnias indígenas, após longos períodos de tempo ocultando suas identidades a trazem de volta à tona.

um temor a menção de certos assuntos para que permaneçam vivendo na região e resguardando as suas vidas.

Em Acaraú crescemos ouvindo algumas histórias, que geralmente vem cercadas de sussurros, que contam como famílias de atuais deputados federais e estaduais cresceram na região através da pirataria e do comércio ilegal de armas e o quanto a forma com que “limparam” as terras que consideram suas do sangue indígena, foi fazendo uso dessa força e dessa violência.

Durante o campo desta pesquisa e conhecendo cada vez mais essas memórias de dor relacionadas à origem e etnicidade, percebi que o medo ainda está presente na região, não só porque houve vítimas no passado mas porque ainda há risco de violência para quem tenta questionar alguns pontos de vista.

Teresa certa vez me contava sobre a história de sua família quando dizia:

Teresa: essa cidade foi dividida com uma pizza, já tinham famílias que viviam aqui antes dos brancos, mas foi dado a cada família branca mais conhecida uma fatia dessa terra. Alguns faziam como fizeram com a gente, humilhavam até não aguentarmos mais e outras tinha jeitos diferentes de pegar a terra

Brisa: Que jeitos eram esses?

Teresa: eu não falo se o microfone estiver ligado, essas coisas por aqui ...tu sabe...gravador desligado.

(Conversa com Teresa, Novembro de 2019)

Em seguida Teresa me conta que se tratava das famílias que até hoje tem poder na região, que elas vendiam armas e que hoje alguns lugares específicos da região são grandes cemitérios, tanto dos corpos dos que habitavam originalmente na região quanto dos que de alguma forma questionaram o poder de quem por um pedaço de papel começou a se atender por dono dessa terra. Nesse momento a conversa com Teresa vai tomando outros rumos e sendo quase um grupo focal, meus pais também se soltam sentindo a liberdade de não estarem sendo gravados e comentam histórias que eu já ouvi sempre de forma sussurrada, comentam os assassinatos mais recentes dos que foram contra a ordem dos poderosos. O homem que foi crucificado numa cerca de arame e teve os testículos arrancados e postos ao lado por ter falado mal de uma determinada família de políticos, o

prefeito que foi assassinado dentro da prefeitura e vários outros crimes mais recentes que parecem manter o temor vivo no imaginário das pessoas da região.

Certa vez, quando falava com uma de minhas interlocutoras, ela mencionava os processos de violência pelos quais tinham passado diversas gerações da sua família. Muito do que me foi dito conta uma versão pouco apresentada e que fica geralmente contida apenas dentro do ambiente familiar, e não é facilmente explicitada. São memórias dolorosas que envolvem revolta e angústia e que não tratam apenas do que foi vivido pelo interlocutor, mas também o que lhes foi transmitido por seus ancestrais. Esse sentimento e revolta derivado dessa expulsão me recorda muito a conversa que tive com Teresa em novembro de 2009, onde ela dizia que:

Teresa: Eu tô contando a história que eu vivi né, é minha história...

Brisa: e que bom que você gosta de falar sobre essa história e se dispôs a me contar.

Teresa: Eu gosto, né!? é minha história, da minha família, foi onde eu nasci e me criei e eu tenho muitas recordações boas e também ruins por que nós fomos ... tipo assim né, foram tomadas as nossas terras né, a nossa moradia nós saímos não é por que nos queria sair, foi porque nós não tinha mais condição de viver naquele lugar, ninguém podia se beneficiar daquilo que a gente tinha plantado, produzido né!? aí fomos se desgostando. Mas não é que a gente quisesse sair de lá, é uma terra muito boa. (pausa) Hoje em dia onde era a casa do meu avô é um viveiro de camarão.

Brisa: Onde é a casa tem água no lugar agora?

Teresa: sim, é um viveiro. Se apossaram tudo de viveiro. (...)

Brisa: E o que tu sentiria se um dia tu andasse lá, com toda essa transformação de um lugar que foi tão importante pra tu em um viveiro de camarão?

Teresa: (respira fundo) eu sinto que ... eu sinto tristeza. Porque ao invés de ter várias pessoas ali usufruindo do que era delas, hoje você vê uma coisa que tá favorecendo só aquela pessoa, né!?

Brisa: E em algum momento tu já viu tua família comentando sobre alguma revolta, sobre algum sentimento de tristeza por essa saída de lá.

Teresa: É eu vejo sempre eles dizendo “eu ainda poderiam tá lá” né, se não fosse esse momento que eles tiveram lá, de não ter mais direito a nada, do que eles tinham e isso causou neles uma revolta, mas que ainda poderiam está lá. Por que é como eu disse, a gente não saiu, a gente foi bem bendizer colocado pra fora. E aí como nem era casa assim de tijolo, né, era taipa eles davam um valor qualquer

e derrubavam a casa, pra ninguém mais morar ali. Por que o intuito deles era tirar as pessoas que moravam ali pra ficar com aquela terra e foi o que aconteceu.

(conversa com Teresa, Novembro de 2019)

Podemos tentar entender que, dentro de uma região onde houve diversos conflitos entre indígenas e demais povoadores, se reconhecer como indígena nem sempre pode ser algo “muito bem-visto” pelo restante da população, mesmo entre as comunidades com grande número de integrantes que se reconhecem índios; por exemplo, é muito comum o testemunho de que por um longo tempo essas comunidades tiveram que esconder suas identidades ou mesmo negá-las, muitas vezes até para sua própria proteção.

Maurice Halbwachs (1990) em seu trabalho sobre memória coletiva nos fala sobre o quanto essa memória compartilhada impacta no indivíduo e como fatos históricos muitas vezes são lembrados de formas semelhantes por comunidades inteiras. As sociedades têm então a sua própria forma de recordar (Connerton, 1999) e essa maneira de construir essas recordações compartilhadas, também tem, certamente, um impacto na ideia que cada indivíduo constrói de si.

Essas memórias coletivas que parecem ser compartilhadas entre todos que vivem na região do Acaraú, a violência, as ameaças as expulsões e tantos outros cenários que geralmente são comentados através dos sussurros, são parte dessa memória compartilhada acarauense que é reinterpretada por cada indivíduo, por isso as mesmas memórias impactam de formas tão distintas a forma com que as pessoas se reconhecem. Existem diversas formas de ser acarauense, dependendo de que lado você esteve dessa história compartilhada e dependendo das interpretações as quais você teve acesso e o quanto você as problematizou.

Existe um Acaraú construído por famílias europeias que chegaram aquela terra de vegetação hostil e diferente e construíram uma cidade do completo nada e existe um Acaraú que já tinha gente morando lá antes. Dito isso, vale trazermos um pouco do que nos diz Le Goff (2003) quando o autor faz a conceituação relacional entre *memória* e construção da *identidade social*. Onde para o sociólogo, essa *identidade social* seria não só construída a partir das memórias individuais, mas também da rememoração coletiva de um grupo, portanto, essa memória coletiva também seria parte da formação de uma identidade social compartilhada entre um determinado grupo. Seguindo essa lógica, a identidade

individual seria resultado não só das experiências e memórias individuais, mas também das coletivas (LE GOFF, 2003).

Se vive em Acaraú um processo de silenciamento que ocorreu no passado e está presente na vida das pessoas se reproduzindo nos dias de hoje, pois é constantemente lembrado e renovado pelas mesmas forças de poder. A história das famílias que se reconhecem como indígenas em Acaraú não está tão bem incluída nos arquivos da história formal, apesar de resistir e ainda estar muito viva na mente de muitas pessoas, um caso histórico bem distinto, mas que compartilha essa relação com a imposição de um poder que fica tão presente na memória das pessoas é a situação da revolução haitiana colocada por Michael-Rolph Trouillot (1995):

Narrativas históricas baseiam-se em entendimentos prévios, que se baseiam, por sua vez, na distribuição de poder arquivístico. No caso da historiografia haitiana, assim como no caso da maioria dos países do Terceiro Mundo, esses entendimentos prévios foram profundamente delineados por convenções e procedimentos ocidentais. Em primeiro lugar, a redação e a leitura da historiografia haitiana exigem alfabetização e acesso formal a uma língua e a uma cultura ocidental – principalmente francesa –, duas prerrogativas que já excluem a maioria dos haitianos da participação em sua produção. A maioria dos haitianos é analfabeta e monoglota, falantes de haitiano, um crioulo baseado no francês. Apenas poucos membros da já reduzida elite são falantes bilíngues de francês e haitiano. Os primeiros memoriais e textos históricos publicados sobre a revolução foram escritos quase exclusivamente em francês. Assim como a maioria dos outros textos (cartas, proclamações) que se tornaram documentos primários. Atualmente, a grande maioria dos livros de história sobre Saint-Domingue/Haiti está escrita em francês, um número substancial dos quais tendo sido publicado na França. TROUILLOT, 1995, p. 100)

É interessante ainda trazer para essa reflexão alguns dos trabalhos de Pollak (1989 e 1992) quando relaciona o poder a esses processos de silenciamento vividos e compartilhado por populações, nos lembrando inclusive que até esse silenciamento nos diz algo e nos estimula a procurar caminhos como os que estão sendo propostos nesse trabalho, que é o de mergulhar nas camadas que envolvem esse silêncio e entender as suas funções e origem. Pois como bem nos lembra Veena Das (1999) em “Fronteiras da

violência e o trabalho do tempo”, às vezes os silenciamentos são formas de se manter existindo e resistindo.

1.2. SER OU NÃO SER INDÍGENA

Quando estava na busca por interlocutores para essa pesquisa, minha mãe se ofereceu para ir comigo à casa de uma de nossas parentes. Uma senhora que me conhece desde criança, tia do meu pai por ter se casado com o irmão do pai dele e por tanto minha tia em segundo grau. Todos da família me orientaram a procurar essa parente pois sempre que se falava no bairro sobre pessoas que tinham a famosa “parte com índio” era feita alguma menção a ela.

Sáímos de casa em uma tarde e nos sentamos na calçada com Dona Marimar, a quem obviamente preservo o nome através de um pseudônimo. Na época da nossa conversa essa senhora já tinha bem mais que 80 anos, se mantinha lúcida, não enxergava tão bem como antes e demorou inclusive para nos reconhecer “essa é a Brisinha e a Zenilda?” me chamando pelo nome carinhoso dos que conheciam a esta pesquisadora desde a infância.

Sempre que tratava desses assuntos em campo nunca levava a questão indígena logo de cara, por mais que eu fosse conhecida o medo e o desconforto ainda eram presentes quando falamos desse tema na cidade e para além de tudo quem era eu? Eu era da família, mas por mais que tivesse todas as misturas, ainda era uma parente de aparência branca.

Dona Marimar assim como toda a sua família, incluindo os filhos, os netos e os bisnetos ainda eram das famílias da região conhecidas por resguardar em sua aparência o fenótipo indígena, olhos puxados, cabelo liso pele mais escura e obviamente além de sua ascendência esses traços trouxeram uma série de prejuízos e questões a toda a sua família. Cresci ouvindo histórias de meu pai, que apesar de branco vivia no lado “misturado da cidade”. Associado a pobreza, pesca e a mestiçagem o bairro quase que simbolicamente foi nomeado pelos brancos de “o outro lado” ou “a outra banda” -como até hoje é chamado-, eram um dos lugares demarcados historicamente na região. Cresci ouvindo de meu pai que

quando andava com seus primos filhos de Dona Marimar que era sempre um pesadelo ir até o Centro, o quanto tinha que fugir dos meninos ricos do Centro quando tinham que fazer compras. As lutas travadas na ponte que fazia divisa entre os dois bairros, as pedras guardadas no caminho.

Quando comecei as narrativas falando sobre o passado, perguntei do que ela brincava quando criança de como era a vida da família e suas primeiras lembranças e embora eu tentasse puxar esse vínculo com o passado, sempre recebia um retorno muito pequeno mas foi só quando eu perguntei se naquela época haviam muitos indígenas na região que Dona Marimar finalmente perdeu a paciência com a sobrinha de segunda geração que não tinha muita noção do que estava perguntando:

“olha Brisinha, vou te contar uma coisa, eu lembro que a vida era muito difícil e não me lembro de tempo de brincadeira. Lembro que minha mãe trabalhava nas salinas o dia todo e não ganhava quase nada, que não tínhamos comida e que eu passava o dia em casa sozinha. (nesse momento minha mãe que estava lá fora entra na sala onde eu estava com dona Marimar e ela se dirige a minha mãe com tom risonho) Olha a Brisinha aqui me perguntado de como era ...você sabe do que eu me lembro Brisinha? Da fome!”

(conversa com dona Marimar, dezembro de 2019)

Nesse momento se rompeu o véu por baixo do que pensavam os achismos da antropóloga recém iniciada no campo. Que liberdade uma criança tem de brincar quando a família vive em condições análogas à escravidão? Minha visão foi inocente e privilegiada. No decorrer de sua narrativa Dona Marimar vai nos trazendo mais coisas para pensar:

“minhas filhas sofriam na escola por que chamavam elas de índia, já me chamaram um bucado também. O pessoal por aí tem essa mania de falar em índio, em índio... mas Brisinha tu acredita que eu nunca vi um índio. Vi assim na televisão aquele povo pelado cheio de pena, mas eu mesma nunca vi”. (conversa com dona Marimar, Dezembro de 2019)

Minha surpresa foi grande quando mantive o assunto e ela disse que nunca havia sequer visto um índio. Essa fala nos traz uma reflexão interessantíssima, afinal de contas, quem primeiro viu um indígena? quem inventou essa forma de chamar pessoas que já habitavam toda essa região. Muito provavelmente eles nunca se chamaram de indígenas,

por isso os processos de emergência e reemergência étnica às vezes precisam de um observador de fora que venha e diga para aquela população “espera aí, mas vocês são índios” (Oliveira, 1999). A pesquisadora mesmo pesquisando em sua própria cidade saiu para procurar indígenas e/ou suas memórias e mergulhou em uma teia de significados muito mais complexa.

Outro trabalho que também vem da história, é o de autoria de Maico de Oliveira Xavier (2010), dissertação de mestrado do autor. O trabalho de Xavier (2010) “Cabôcullos são os brancos: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX”, traz um panorama de alguns aspectos vivenciados por famílias indígenas em uma região próxima de Acaraú, onde muitas dessas famílias inclusive se deslocaram para a região onde hoje fica a cidade. Entre os pontos interessantes para a pesquisa está também, o fato de ele abordar a escravidão e a exploração do trabalho indígena na região, além de refletir sobre o preconceito social e institucional sofrido nesse período, o que nos dá um panorama para pensar como esses processos se dão na atualidade, nesse trabalho o autor parte de uma história documentada em um processo judicial, onde um indígena processava um homem branco por ter o chamado de “cabôcullo”, onde segundo o acusador, quando os brancos falavam palavras como índio e cabôcullo, ou caboclo como é mais utilizado atualmente, falavam de uma forma pejorativa e como um xingamento e por isso não se sentia bem com a situação.

Como então esperar que tão facilmente alguém se reconheça como indígena na região se o termo já se desenvolve como xingamento ou algo pejorativo na região? Mas a quem interessa o ser indígena? e principalmente quem está disposto a se colocar dessa forma quando ainda há temor e risco?

Foi Peter Gow (1993) quando escrevia seu mais conhecido livro *Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*, quem, assim como eu, foi trazido para a realidade de forma bem direta por uma mulher indígena com quem falava. Na ocasião, a mulher disse ao pesquisador escocês que não tinha interesse de saber nada sobre indígenas, a única coisa que importava para ela era se tinha comida na boca de seus filhos. A mesma lição me foi ensinada, por mais que até hoje a região de Acaraú ainda resguarde muitas tradições indígenas, como tomar mocororó⁶ e dançar torém, eu perguntar a Dona Marimar

⁶ Bebida fermentada extraída do sumo do caju azedo. Essa bebida é apontada como a bebida sagrada da etnia Tremembé.

sobre sua infância que veio ocorreu em um contexto extremamente duro e de exploração para a sua família foi ofensivo, porque sou ligada a ela pela parte branca da família e, historicamente, a nossa própria noção de infância é distinta.

Em seguida, Dona Marimar me falou que ela era filha bastarda de um homem branco de uma família distinta que nunca o reconheceu como filha. E Teresa em outros momentos já tinha mencionado que entre os que tinham tomado a terra de sua família havia um que tinha cerca de 40 filhos com mulheres indígenas, a maioria vinda de seduções, mentiras, promessas e do próprio estupro.

Tal cenário me levou a questionar sobre as famílias que não permaneceram historicamente nesses territórios, mas que se espalharam por toda a região. Afirmar que a ancestralidade indígena e que seus costumes e ritualizações permaneceram vivos exclusivamente naqueles espaços, é deixar de levar em consideração que as pessoas se casam, se mudam, mudam de trabalho, são expulsas, brigam e todas as relações que podem envolver deslocamentos e saídas do lugar de origem.

Passei então a me perguntar também sobre os processos históricos que possibilitaram esse arranjo local, para onde foram os indivíduos que não permaneceram na região e como diante dessas diferentes histórias familiares se tem pessoas com a mesma ancestralidade e ideias e concepções sobre suas próprias ancestralidades completamente distintas.

Vale a pena dizer que as respostas para algumas perguntas podem ser facilmente enunciadas, para essa última, por exemplo, é quase óbvio apontar que a resposta está no processo diferenciado pelo qual essas pessoas passaram, porém, acredito que a real intenção em provocar essas reflexões está na compreensão mais profunda sobre os processos vividos individualmente, familiarmente e pela própria cidade. Dito isto, acredito que esses são alguns dos principais questionamentos dos quais parti para pensar este trabalho e a partir dos quais tentarei construir a pesquisa.

Janaína Fernandes (2013), em uma monografia realizada na região, trata mais precisamente sobre essa realidade dentro do povo Tremembé:

Narrativas orais contam muito sobre o tempo em que os Tremembé viviam com medo, sendo incapazes de assumir sua etnicidade. Tudo isso em razão dos

conflitos pela terra, sendo que carregar a identidade de indígena era algo extremamente perigoso. (FERNANDES, 2013, p. 61)

Narrativas semelhantes parecem ser bem recorrentes não só na história da região, mas em contextos maiores que refletem sobre a forma em como a sociedade via, tratava e trata o indígena, ao ponto de em muitos momentos ser preferível ou mais seguro que se escondia a sua própria origem para se manter a salvo ou em paz. Isso em alguma medida me lembra a reflexão de Veena Das (1999), quando ela coloca que em alguma medida silenciar e aguardar que a situação se transforme através do conceito de “trabalho do tempo”, também é uma forma de resistência.

Em Acaraú, diferente do que aconteceu ali logo ao lado, o silenciamento parece permanecer de forma mais presente e isso é algo que talvez não seja tão difícil de entender, mesmo entre as pessoas que se reconhecem indígenas, como as de Almofala, é perceptível um certo temor por algumas pessoas muito específicas de Acaraú:

Na Varjota, os impedimentos foram mínimos. Isso porque fui apresentado pela missionária Maria. Era um aval de aceitação sem perigo. Na seqüência da estadia em campo e das viagens até o local, pude perceber que a aceitação era discretamente vigiada. Isso não sugere que não fosse bem tratado, o que sempre me pareceu exemplar. Havia também grande curiosidade e, atrás dela a vigilância, sobre minha pesquisa cartorial em Acaraú. Foi nessa cidade que se realizou o processo judiciário contra a empresa que queria tomar suas terras, sendo tido como lugar dos poderosos, o que gerava certa suspeita pelo meu trânsito. Por outro lado, os Tremembé da Varjota tentavam passar a melhor imagem possível da Comunidade e das suas relações internas, o que veio consistir elemento importante da pesquisa no lugar. Acontecia o inverso do Capim-açu onde foi o faccionalismo o que me interessou. Acho que o controle de impressões pelos Tremembé da Varjota tornava a pesquisa, talvez, mais complicada, afinal havendo ali uma Comunidade relativamente coesa, ficava difícil apreender as divisões faccionais que ali também existem. (Valle, 1993, p. 24)

As passagens do pesquisador (Valle, 1993) por Acaraú, enquanto fazia a análises de documentos para sua pesquisa, são sempre vistas com desconfiança por parte dos indígenas de Itarema, Acaraú é um lugar visto em toda a região como terra de

pistoleiros e pessoas poderosas e perigosas, tema que será melhor abordado mais adiante. Esse temor não fica limitado só as fronteiras da cidade e quando falamos das comunidades que ficam na cidade vizinha, Itarema, que só teve sua emancipação de Acaraú em 1983. Porque até as famílias indígenas que estavam um pouco mais longe da sede do município sofriam com os desmandos dos “patrões” e “coronéis” de Acaraú. Segue então um outro demonstrativo do trabalho de Valle (1993):

Em março de 1967, ocorreu o primeiro despejo, que representou a perda das lavouras plantadas e a destruição das casas que tinham feito. Com pouco a carregarem, os Teixeira saíram do lugar no pleno inverno cearense, abrigando-se num sítio a uma légua do Capim-açu. Eram 48 pessoas entre adultos, velhos e crianças; muitas mulheres em estado pré-natal, o que tornou a retirada bastante difícil, contrastando em demasia com o que tinham deixado. Os diversos grupos domésticos da família Teixeira espalharam-se, procurando onde pudessem se instalar. A maioria seguiu para o município vizinho de Amontada, mas depois muitos ainda retornaram ao Capim-açu, orientados pelo advogado que os defendiam, esperando reverter o quadro jurídico ou, ao menos, conseguir alguma indenização pelo que foi deixado. O retorno foi contra-atacado por uma Ação de Atentado do fazendeiro, recrudescendo as intimidações. Não bastando as ameaças, as pressões foram incisivas pela presença de capangas e até mesmo da força policial de Acaraú. Os Teixeira levantaram barracas para se alojarem e passaram a plantar outra vez. O patrão vinha com sua caboclada e queimava tudo que faziam. Depois de destruídas, as famílias voltavam ao trabalho, o que motivou nova violência do fazendeiro, incendiando outra vez os cultivos recémplantados. Os Teixeira resolveram partir dessa vez, tendo que enfrentar emboscadas dos capangas que os perseguiam. (Valle, 1993. p 127)

As famílias se espalhavam, se mudavam e construía a vida em cidades ou localidades que ainda não tinham virado propriedade dos patrões. Acredito então que sempre que pensamos nesse território indígena, não podemos deixar de pensar nesses constantes deslocamentos vividos por essa população.

1.3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

No ano de 2019 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) apontava a existência de 26 mil indígenas no Ceará⁷, até o momento esse mesmo Estado tem em seu território 14 etnias que vivem em sua maioria, um processo conhecido por boa parte das populações indígenas do Nordeste, que são as retomadas e reemergências étnicas. Esses processos que se caracterizam principalmente pela luta por demarcação da terra ancestral e a reafirmação de uma identidade indígena que em muitos casos permanecia escondida, em alguns casos até para que se mantenha a segurança dessas famílias indígenas. Essas situações se tornaram muito comuns entre comunidades indígenas dessa região do país, pois se tratam de populações indígenas⁸ já com um longo período de contato com os homens brancos, onde em muitos casos as famílias indígenas foram expulsas de suas terras ou tiveram e ainda tem a posse ameaçada.

A partir desse contexto regional, é interessante situar ainda a cidade de Acaraú que em seus limites tem na atualidade duas comunidades indígenas que se identificam como da etnia Tremembé, essas famílias residem nas localidades de Telhas e Queimadas. A cidade vizinha Itarema que fica no distrito de Almofala tem mais duas comunidades, ambas se identificando também como pertencentes a mesma etnia.

Como já foi dito, mesmo diante desse contexto, na cidade de Acaraú, essa proximidade e até mesmo essa ancestralidade são raramente mencionadas pelos moradores da região, principalmente para pessoas de fora da cidade ou que são pouco conhecidos pelos moradores. Percebi em algumas idas a campo que quando essa ancestralidade é mencionada, muitas vezes se fala baixo e com um certo receio, o que nos faz imaginar que se trata de um assunto delicado para as pessoas da cidade. Obviamente, estamos falando

⁷ Ver: Marco conceitual dos povos indígenas. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/01/MARCO-CONCEITUAL-DOS-POVOS-INDI%CC%81GENAS.pdf>. Acesso: 8/12/20.

⁸ Ver: (Org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. E OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

dos territórios diferentes de Telhas, Queimadas e Almofala, pois nesses locais a grande maioria das pessoas se reconhece como indígena.

Esta situação é tão aparente que quando se pergunta sobre as famílias indígenas que estavam fora desses territórios, é comum em um primeiro momento um desvio imediato do assunto ou se apontar apenas a comunidade de Itarema, sem mencionar sequer as que estão na própria cidade. Essa realidade curiosa é completamente contrastante com muitos costumes e tradições presentes na região, sobretudo na Zona Rural e litorânea⁹, regiões um pouco mais distantes da zona urbana do município. Há ainda muito forte as tradições das casas de farinha¹⁰, que são inúmeras na região, e o costume de comer os diversos produtos que são derivados desse processo. Há também algumas festividades e tradições que ainda tem grande influência ou são de origem indígena. Existem ainda diversos achados arqueológicos encontrados em toda a região que indicam a existência de longa data de povoamento indígena, e essas situações não se dão apenas nos locais que hoje buscam demarcação e se reconhecem como indígenas. Há inclusive alguns cachimbos talhados de madeira expostos no pequeno museu da cidade que acredita-se que tem mais de 300 anos. Essa realidade que é de certa forma “ambígua” que encontramos na região, será um dos aspectos que tentaremos problematizar na pesquisa.

Em livros escritos por Nicodemos Araújo, historiador e poeta local, se encontra a descrição, história e genealogia das famílias brancas que vieram e que até hoje vivem na cidade, desde o primeiro europeu que tinha o interesse de viver em solo acarauense. Além de uma descrição detalhada da cidade e do país de onde tal família veio, isso seguindo com os casamentos e filhos legítimos que foram produzindo as gerações seguintes da família na região. Aqui estou me referindo ao livro publicado em 1940 e intitulado “Genealogia de Acaraú¹¹” onde em apenas em um breve parágrafo do livro o autor menciona concordar

⁹ Estas informações ficaram evidentes logo nas primeiras entrevistas que realizei na cidade, além do fato de eu ser natural da cidade e ter vivido grande parte da minha vida na região. A cidade tem mais de 20 localidades que se dividem entre zona litorânea e zona da mata.

¹⁰ As casas de farinha são os lugares onde se faz o beneficiamento da mandioca brava, desse processo são produzidos de forma artesanal em um evento que envolve toda a comunidade aos entornos da casa de farinha, produtos como goma, diversos tipos de tapiocas e similares, a própria farinha de mandioca em diversas texturas, entre outros produtos. Esse evento que reúne a comunidade para o beneficiamento da mandioca é chamado de farinhada.

¹¹ ARAÚJO, Nicodemos. Genealogia de Acaraú, 1940.

com alguns historiadores da época que acreditavam que os primeiros povoadores de toda a região, eram, na verdade, indígenas, visão que era considerada até bem polêmica e corajosa, apesar da brevidade, para qualquer estudioso da época. Pois já há algum tempo, em 1850 para ser mais exata, vigorava a Lei de terras¹² que foi criada após a Igreja Católica ter reconhecido os indígenas como portadores de almas, e por tanto pessoas, assim se estariam roubando as terras e matando pessoas. Então se criou uma legislação que falava da devolução dessas terras para os donos originários, o que como veremos, não aconteceu muito bem na prática.

Os brancos “proprietários” de terra do Ceará responderam a essa legislação através de um relatório da Assembleia Provincial, datado de 1863 e assinado pelo presidente da província José B. C. Figueiredo Júnior, onde se declara não existir no Ceará índios aldeados ou bravos¹³. Então ao invés de devolver as terras aos verdadeiros donos que permaneciam e permanecem até os dias de hoje massacrados, preferiu-se apenas negar a sua existência.

Dito isso, nos cabe pensar como todos esses processos violentos, sejam de forma física, por ameaças ou até mesmo por esse silenciamento histórico, afetam e interferem até hoje na vida dessa população, e a partir desse cenário como as pessoas com ascendência indígena na região constroem a sua identidade a partir de suas memórias e das memórias de seus ancestrais. Além de refletir sobre a diferença que a luta política promoveu para entre as comunidades que hoje estão inseridas politicamente dentro das pautas e lutas indígenas e os que por medo, que nesse contexto é extremamente justificável, ou desconhecimento de seus direitos, não iniciaram nem se inseriram nesse movimento político.

Voltando um pouco ao trabalho de Valle (2004) é importante ressaltarmos que ele reflete sobre memória e ascendência indígena na sede cidade, onde mesmo a uma certa distância dos locais que se reconhecem e são reconhecidos como indígenas, essa ancestralidade ainda era bastante evidente, embora não muito valorizada. O pesquisador fala inclusive da forma como em suas primeiras impressões ele percebe que as pessoas da

¹² Ver: COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL. 1850. V. 1., P. 307 ou site da casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso: 8/12/2020.

¹³ Ver: BPGMP. Núcleo de Microfi Imagens. Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará. Rolo 2 (1858 a 1864). Relatório do presidente José Bento da C. F. Júnior, à Assembléia Legislativa Provincial. 1863. p.19-20.

cidade abordam essa temática, tendo inclusive puxando assunto sobre a temática com alguns moradores. Outro aspecto do trabalho do autor que também pode somar ao nosso debate, é que ele percebe que mesmo entre o Tremembé, onde a luta política já acontece a décadas, há diversas formas de compreender as identidades a partir dessa ancestralidade, ou seja, nem mesmo onde há a luta política e processos por demarcação de terras, as identidades não estão nem próximas de serem homogêneas, assim como acredito que seja em qualquer outro lugar do planeta habitado por seres humanos.

Como vimos até aqui, a identidade e a memória em na região estudada transitam por linhas complexas. Durante esse processo de pesquisa minha interlocução foi com pessoas que moravam na cidade e refletiam sobre esses diversos fatos que são compartilhados com muitos habitantes da cidade. No capítulo seguinte continuaremos falando um pouco mais sobre o cenário político da cidade e mais alguns dos diversos processos de silenciamento vividos na região.

CAPÍTULO 2: O COLONIZADOR E O CORONEL

Uma hora antes de morrer, o prefeito fez recomendações à serviçal de seu escritório situado em Fortaleza e aguardou no seu gabinete uma reunião que não chegou a se realizar. Personagens inesperados anteciparam-se aos participantes do marcado encontro, disparando dois tiros no dirigente municipal de Acaraú. O fato revelou uma trama de conflitos latentes ou explícitos que cercam a história política da cidade, acentuada pela indignação e pela moral familiar: o processo judicial envolveu o vice-prefeito e seus dois irmãos, primos em primeiro grau da vítima, que ocupavam os cargos políticos de deputado estadual e federal. Também explicitou as formas tradicionais de resolução de conflitos políticos através da eliminação física de adversários, configurando o crime, mediante provas contidas nos autos, como sendo de pistolagem. Os conflitos políticos familiares, anteriormente resolvidos mediante acordos ou pactos circunstanciais, foram nesse momento radicalizados, dando origem a uma cisão entre a família da vítima e a outra ala acusada de autoria intelectual do crime. Uma campanha, desenvolvida principalmente na capital do estado, contra a violência e a favor da justiça liderada por Maria Cyntia N. Ferreira Gomes, filha do prefeito assassinado, retoma, em circuito amplo, o significado social e político da morte do dirigente municipal. Em diferentes instâncias ocorrem denúncias veiculadas por meio de ações na esfera pública. Entrevistas, reportagens televisivas, distribuição de panfletos e grandes outdoors dão publicidade ao evento, que ultrapassa a condição de acontecimento local para tornar-se exemplo da ilegalidade e alerta contra a impunidade. As pressões junto à Assembléia Legislativa produzem um resultado inédito: a quebra da imunidade parlamentar do deputado estadual acusado de mandante do crime. O “caso Acaraú” traz à tona outros acontecimentos de natureza semelhante, emergindo como evento paradigmático de demanda por justiça e luta por direitos sociais. (BARREIRA, 2001, p. 97)

Esse trecho é de um artigo de Irllys Barreira e trata de um caso mencionado no capítulo anterior. Um dos casos que mais impactaram a cidade foi por mostrar principalmente que o contexto de violência era difuso (Barreira, 2013) e que não vitimava

apenas à população mais pobre. O caso que teve repercussão nacional e que foi amplamente divulgado pela mídia nacional é também uma marca da impunidade. Pois mesmo diante de diversas testemunhas e com um número bastante grande de provas que mostravam o envolvimento de membros da própria família do prefeito, na época, deputados federais e estaduais, apenas os executores foram punidos.

Algo que também ilustra essa impunidade é o fato de que os acusados de serem os mandantes do crime, mesmo na época dos fatos continuaram e continuam até os dias de hoje ocupando cargos públicos nas câmaras de deputados federal e estadual. Mesmo com cartazes gigantescos na capital do Estado (Fortaleza) e em algumas cidades do interior, principalmente em Acaraú, contendo em letras garrafais os dizeres “não votem em assassinos”.

Talvez se não tivéssemos mencionado anteriormente esses processos de silenciamento e poder, ficaria mais difícil entender como essas mesmas pessoas ainda permanecem sendo eleitas na região. Acaraú com a exceção de apenas dois mandatos, um deles sendo o atual (iniciado em 2021), teve durante seus 172 anos apenas prefeitos de uma única família. Irllys Barreira (2001) menciona em seu artigo a existência de um pacto centenário dentro da mesma família que permitia a circulação de poder entre os primos de 4 núcleos da família que revezavam.

Obviamente esse caso serviu para a manutenção do poder local, assim como tantos outros menos documentados, geralmente por conta das vítimas não se tratarem de pessoas de grande poder político e aquisitivo. Esse cenário político complexo que demonstra frutos do processo de colonização, seguido da herança de um processo histórico que foi uma particularidade do Nordeste do país, o chamado coronelismo.

É importante dizer que quando Irllys Barreira (2001) fala sobre Ferreira Gomes, ela não está falando especificamente do grupo político mais conhecido na política brasileira, a família de políticos como Ciro e Cid Gomes, que vem de Sobral, um município que é inclusive próximo a Acaraú. Apesar de ambas as famílias serem historicamente dedicadas ao fazer político nesta região, não estamos falando da mesma família. Os Ferreira Gomes de Acaraú são em muitos momentos mencionados como “os filomenos” pela população local e não tem parentesco com essa famosa e polêmica família

de políticos de Sobral. Essa errata é importante ser feita, até mesmo porque é comum no meio político se referirem aos políticos da cidade de Sobral também como herdeiros do coronelismo ou coronéis.

2.1. DE ONDE VIERAM OS CORONÉIS?

Victor Nunes Leal (2012) foi o primeiro a falar do coronelismo como um fenômeno político histórico do Nordeste do Brasil, em seu trabalho “Coronelismo, Enxada e Voto” ele se debruça sobre os diversos meandros e implicações que surgem em decorrência a esse tema. É importante ser dito que o autor coloca o coronelismo como um fenômeno político e social que acontece apenas em um período específico da história dessa região do país, porém é fato reconhecido pelo autor e confirmado também pelo que investigamos neste trabalho que esse período deixou marcas que impactam na vida das pessoas até os dias de hoje.

O fenômeno de imediata observação para quem procura conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado “coronelismo”. Não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal, que nos esforçamos por examinar neste trabalho. Dadas as peculiaridades locais do “coronelismo” e as suas variações no tempo, o presente estudo só poderia ser feito de maneira plenamente satisfatória se baseado em minuciosas análises regionais, que não estava ao nosso alcance realizar. Entretanto, a documentação mais acessível e referente a regiões diversas revela tanta semelhança nos aspectos essenciais que podemos antecipar um exame de conjunto com os elementos disponíveis. Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa *história colonial*. É antes uma forma peculiar de manifestação do *poder privado*, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos

entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, Victor Nunes. 2012. p.43-44)

Nesse trecho, Leal (2012) relaciona diretamente o surgimento do coronelismo a um passado histórico colonial. Observando o campo desta pesquisa, assim como a própria história do Ceará, é possível inclusive localizar como houve a transição de poder e como se deram os momentos históricos que ilustram esse cenário.

Fica claro na fala do autor também o quanto se trata de uma adaptação do poder do colonizador a um Brasil que aos poucos ia se inserindo um ambiente democrático, que apesar de ter adotado eleições e a possibilidade da população poder escolher seus representantes através do voto, demonstra uma forma de transgredir a esse regime deixando-o ainda sobre o domínio do privado e do poder local. A história do Nordeste do país vai de encontro à história de diversos interlocutores dessa pesquisa e nos diz que talvez até os dias de hoje, na cidade estamos sobre os desmandos do mesmo poder que só se adapta às realidades políticas que lhes são postas, ou melhor, que inclusive aparelha essas realidades políticas. O colonizador virou coronel, virou político, mas nunca deixou de carregar consigo a imposição do medo e a impunidade por seus atos.

Portanto, é importante ser dito ainda que para Leal (2012) o fenômeno do coronelismo é limitado a um período histórico, mas como ficou evidente no que vimos até aqui, momentos históricos deixam marcas e se constituem como estruturas sociais e políticas de longo prazo. Assim, como a história e a memória ficam muito bem guardadas e passam de geração em geração dentro do cotidiano das famílias, o poder também chega e também é repassado, figurando por outros rostos e formas de interpretar, outros rostos que de alguma forma ainda escondem os mesmos.

É difícil dissociar essa imagem do Brasil. O colonizador depois que depois virou coronel, depois de instituído um regime democrático de direito se tornou político e continuou exercendo seu poder através do medo. Anos depois saindo do período colonial

como veremos no decorrer desse trabalho vamos perceber que essas narrativas não falam só como famílias indígenas foram escravizadas, mortas e expropriadas de suas terras e permaneceram mantendo muitas vezes em silêncio grande parte desses acontecimentos. Porém, apesar disso, em outra face também demonstramos e discutimos as formas com que as mesmas pessoas e o mesmo poder se renovam no decorrer dos anos e que as formas de resistência e de resistir também se renovam.

Às vezes pode ser difícil para pessoas que estão completamente imersas em um universo onde toda memória é associada a escrita e a documentação “oficial” entender o longo alcance da história contada e passada de geração em geração. Muito embora essa passagem muitas vezes aconteça muito mais por sussurros, como é o caso de Acaraú. Ainda enquanto tratava os cabelos no salão da minha mãe, Teresa me explicava, em uma conversa que já era quase um grupo focal com meus pais, que a cidade tinha sido dividida como uma pizza, onde cada família europeia ficava com uma parte e tratavam as pessoas que já habitavam a terra bem antes da chegada dos europeus como queriam, alguns escravizavam, outros maltratavam e outros, os que tinham armas, apenas “limpavam a terra” e transformam algumas áreas da região que podem ser facilmente lembrados “em cemitérios de opositores”.

Teresa contou que os primeiros brancos que chegaram na terra para morar e chama-a de sua, segundo histórias que tinham ouvido dos seus avós, melhoraram muito a realidade das pessoas que já viviam lá, por serem na visão dela boas pessoas:

Teresa: A minha avó conta que o pai dela né, não tinha rede, dormiam em tucum¹⁴, a minha avó falava assim né, da caça, da pesca eles eram muito pobres. Os primeiros que chegaram eles eram bons, mas foi do tempo do Mudesto em diante que ficou ruim (...) Mas essa dona Neuza era uma mulher boa, né¹⁵!?. E nesse tempo, minha avó contava que esse pessoal era gente muito boa, ela acordava cedo pra fazer tapioca pra vender, eles ficaram lá, só que ela não era uma pessoa ruim. Ela era uma mulher muito boa. (...) Tinha uma única cacimba, todo mundo chegava assim umas 5hrs e ficava na fila da cacimba pra pegar água. Tinha que esperar a cacimba criar água pras pessoas tirarem, aí tinha que aguardar a sua vez, né, da cacimba criar aquela água.

¹⁴ Rede tecida em palha de carnaúba.

¹⁵ Se referindo a matriarca da família que dominou as terras onde sua família morava.

Brisa: aí por isso que o nome do lugar era “as cacimba”?

Teresa: Isso, tinham várias cacimba de areia, aí só quando chegou o sr. Paulo e a dona Neuza é que eles fizeram a primeira cacimba de tijolo. Um poço.

José: Sim, ele viu o sofrimento daquele povo, as cacimbinha era na beira das plantações e vinham os guaxinins a noite e sujavam toda a água, mijavam na água, sujavam tudo.

Teresa: Guaxinim, cururu...quando ia ver tinha só aquela espuma.

José: Aí tinham que desgotar, jogar toda a água que tinha brotado fora e esperar sair mais quase todo dia.

A fala de Teresa não nos surpreende, embora existam relatos de que outras famílias da região receberam um tratamento distinto das famílias europeias que se apropriaram de suas terras, as “soluções” trazidas pelo colonizador, em um primeiro momento trouxeram melhorias a vida das pessoas daquele povoado. E é vasta a literatura que nos diz que o primeiro contato com o colonizador em muitos casos partiu da entrega de presentes (HENRIQUE, 2017).

Mas como nos descreve o próprio Leal (2012), no Nordeste do Brasil esse processo veio sucedido e permitiu o início de outro momento da história que também não privilegia os povos originários dessa terra, e que na verdade só privilegiou algumas famílias, as de origem europeia.

Teresa: de lá as pessoas mais velhas estão durando uma média de 90 anos, como meus avós. Minha mãe já tem 81, então elas tinham o que...Elas não comiam as comidas que a gente come hoje congeladas, né?! O fogo era natural, A roupa era de saco de algodão cru, as frutas era tudo ruta natural, o tempero delas era uma cebolinha de palha, nem tomate tinha muito e o óleo, era banha de porco. e comiam muito camurupim¹⁶, meu avô tinha curral de pesca e eu lembro que eram as sacas cheias de sardinha. muita fartura, de peixe né, de peixe.

Brisa: mas assim, alguém tinha algum trabalho voltado a receber um salário?

Teresa: não! não tinha salário pra ninguém. trabalhava só pra esse homem que era o “dono”.

Brisa: E ele pagava?

Teresa: pagava algo que a gente nem podia chamar de salário, era humilhação. De repente a gente tava em casa e chegava alguém para tirar as frutas do quintal

¹⁶ *Megalops atlanticus*, tipo de peixe muito popular na região, sendo inclusive um dos símbolos da cidade.

da gente. Ele botava um homem de lá que era muito ruim, o seu zé cego e ele chegava como se fosse o dono sabe, ele era tipo lampião, chegava na sua casa e dizia assim “eu vou tirar os coco”. E a gente não podia vender nada do que tinha ali na nossa terra, ele tirava tudo.

Brisa: A mando de quem?

Teresa: do dono da terra.

Brisa: Você pode falar mais um pouco sobre isso? Ele era dono da casa de vocês?

Teresa: Ele achava que era o dono né!? Ele tinha um papel.

Teresa: Minha avó falava que os Louzadas eram um povo bom. Ele eram de origem espanhola, eram um povo culto e bom, foi depois deles que ficou ruim. Eles davam presentes pras pessoas, faziam bolo, dava roupa. Aí o que aconteceu foi que depois da morte do pai dessa família que começou tudo. A minha mãe sabe mais a nossa história, o meu avô zé baia, ele era índio, aí quando as pessoas me perguntam..” menina e tu é o que de índio” eu não fico com raiva não. Tá você olha pra mim e você já viu, né?! É minha mãe que conta essas histórias, ela conta essas histórias todas... (Conversa com Teresa, Maria e José. 2019)

Os relatos são fortes e sempre repletos de dor, quando falamos, por exemplo, da família de Teresa, ainda há uma grande revolta em relação a ter que ter saído do lugar onde viviam. Enquanto essa interlocutora em um momento de revolta parece querer o que lhe foi tomado, quando fala que a terra era de quem vivia lá primeiro e foi tomada pelos que chegaram, há também o receio por um temor ligado a essa história, quando, por exemplo, ela só fala algumas coisas se o gravador estiver desligado.

Sem dúvidas, muito do conforto em demonstrar revolta sobre o que aconteceu está no fato dela me conhecer desde a infância, Teresa foi professora da terceira série do meu irmão em uma escola pública do bairro em que vive minha família até hoje, minha mãe é cabeleireira dela e meu pai conhece toda a sua família, assim como ela conhece a nossa. Mas mesmo diante dessa proximidade, ela ainda tem momentos de desconfiança, Teresa parece confiar em mim e na minha família, mas desconfiar dos acadêmicos que vão ler esse trabalho, de quem vai ouvir os áudios gravados pelo meu celular e por isso às vezes teme ter sua voz gravada fazendo algumas afirmações. Teresa vive em uma cidade, onde até os dias de hoje, mesmo supostamente vivendo em uma democracia, ainda se

sussurra quando se menciona crimes cometidos por algumas famílias. Vale lembrar que todos os nomes dos interlocutores que participaram da pesquisa foram substituídos por nomes fictícios, essa interlocutora recebeu por sua coragem o nome de uma de minhas avós.

Sobre ela também é importante comentarmos o quanto há na história de sua família uma forte ligação com a terra de que foram expulsos. A ligação com a terra de origem é sem dúvidas um dos fatores que apontam a indicação de uma área indígena no país. Teresa não se reconhece como indígena, porque provavelmente ela e sua família ainda não foram postos ou não puderam se colocar em uma situação dessa forma. Mas a região onde ficava a sua localidade é reconhecida por todos na região e até mesmo pela própria como um lugar indígena.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho está longe de dizer quem é ou pode se dizer indígena ou não, muito menos apontar que grande parte das pessoas da região do Vale do Acaraú são indígenas por conterem de alguma forma parte desse “sangue” e ancestralidade. Várias pessoas que nasceram daquela região, e eu me incluo nesse meio, tem ascendência indígena e nem por isso tem ligações com história, cultura, e território indígena, assim como Teresa traz em seu relato. Assim como as pessoas de outras comunidades que se reconhecem como indígenas na região tem. Nosso objetivo aqui é mergulhar em uma vasta diversidade de cenários e entender um pouco, ainda que de forma superficial, como essas pessoas refletem sobre si mesmas a partir de relatos e memórias compartilhadas que, em muitos momentos, envolvem assuntos traumáticos.

Ainda falando sobre a citação anterior oriunda do campo, também é forte a parte do relato onde Teresa coloca que o Modesto obrigava que eles o chamassem de barão, que ilustra o quanto esse poder de dominação era imposto conscientemente pelos que se apossaram da terra onde morava a família dessa interlocutora.

Além da situação que nos foi trazida por essa interlocutora, no capítulo passado, também trouxemos o relato de Marimar que descreveu o regime abusivo de trabalho de sua mãe em lugares onde se fazia sal, salinas. Além de em seu relato ter muito presente a questão da fome, também fica claro como a mãe era submetida a um regime de trabalho sobre condições abusivas. Vinculando esses relatos com a própria historiografia,

podemos entender que na região, principalmente no passado, foi comum a manutenção de trabalho de famílias indígenas em situação de escravidão ou em situações análogas a esse regime, o que nos faz refletir com a fala de João Pacheco de Oliveira, quando ele nos diz que:

As peculiaridades da formação social brasileira não se explicam apenas pela polaridade entre trabalho escravo e trabalho livre. O trabalho compulsório é uma chave imprescindível para compreender instituições aparentemente não capitalistas – ou melhor, distintas das formas do capitalismo nascente na Europa renascentista, que promoveu a emancipação dos camponeses e sua transformação em assalariados e mão de obra fabril. (Oliveira, João Pacheco, p.24, 2016)

Ou seja, não adianta ter em lei que não se podia escravizar as populações indígenas ou tomar as suas terras. E também é importante lembrar que mesmo que se fale em muitos dos relatos, como de Marimar que se trabalha, é necessário pensar sobre as condições desse trabalho. Que também já são trazidas e evidenciadas no relato da mesma.

2.2. QUANDO NÃO DÁ PARA VOLTAR PARA CASA

Teresa: E lá tinha um prédio que era chamado escola e a gente estudava lá, mas o Zé Maria fazia as tertulha lá. Nos anos 80 eu lembro que ele comprou até uma luz negra.

Zenilda: Olha que chique.

José: É ele comprou, Teresa ele era um sedutor né?! Ele prostituiu muita menina nova.

Teresa: Ele se aproveitava das meninas ele...ele engravidava elas

José: Ele se aproveitava das meninas ele era o baraozão

Teresa: Era o Barão.

Brisa: mas esse foi o primeiro dono?

Teresa: não, foi o sobrinho dele que entrou depois, ele não era o dono, mas ele era da família, ele era assim mais de recurso sabe?!

Brisa: eu sei.

Teresa: e ele era muito assim... usava as mulheres, engravidava, tem muito filho...muito filho ele. Porque ele achava que era o barão né?!

Brisa: E você acha que essas relações que ele tinha com essas mulheres eram consentidas?

(Teresa acena com a cabeça indicando que achava que não eram)

José: Ele era conhecido por ter mais de 40 filhos espalhados por aí.

(conversa com Teresa, José e Zenilda, Novembro de 2019)

O colonizador, o coronel ou o barão, são alguns dos nomes mencionados nessa pesquisa para se referir a estes personagens, não usurparam apenas as terras. Assim como vimos até esse momento essa usurpação não é só ligada a bens materiais, ela envolve uma série de bens que continham naquela terra que talvez fossem para os seus moradores originários ainda mais valiosos: corpos, liberdade, memórias e cultura.

Infelizmente essa realidade parece comum a diversas regiões do Nordeste do país. Marimar colocou na entrevista que diziam que ela era filha de um homem branco, que engravidou a sua mãe e nunca assumiu a sua paternidade (conversa com Marimar 2019). Julie Antoinette Cavnac (2005), professora de antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fala de narrativas muito semelhantes das trazidas por essas duas interlocutoras da minha pesquisa. O tema de que trata essa autora traz relatos de violência sofrida por mulheres que também foram preservados dentro das famílias, a historiadora trata dos relatos das mulheres do Seridó-RN, as que eram chamadas Caboclas-brabas. Cavnac (2005) fala de um processo comum praticado por homens de origem europeia, chamado de amassamento, que consistia no rapto de meninas indígenas com objetivos como o estupro, casamento forçado e procriação, alguns relatos falam inclusive de meninas de até 8 anos de idade passando por esses processos.

Falar que tem uma ancestral mulher, que foi caçada e amansada é muito comum e até normalizado em Acaraú. Tendo se tratado inclusive de um dos temas que abordei em minha monografia em 2019 (MOURA, 2019). Esse aspecto é bem presente na fala principalmente das comunidades que se reconhecem indígenas na região. Valle (1993) fala bastante sobre o tema quando ele diz que entre os indígenas Tremembés, por exemplo:

Eram poucos os Tremembé que não contavam algum relato sobre uma antepassada que fora pegada a dente de cachorro e amansada. Detalhes como

dela ter precisado furar as ventas, porque era furiosa, eram comuns, anunciando também a passagem de um universo selvagem para outro “domesticado”. (VALLE, Carlos G. p. 167)

Quando visitei a localidade de Curral Velho em 2016, com o auxílio de meu amigo Gilvan, residente na localidade, recebi diversos relatos semelhantes que descreviam “os antigos” ou “índios brabos” como pessoas que foram pegues a dente de cachorro, amansadas, brabas e de nariz furado. Em 2017 escrevi na minha monografia:

Comecei indo à praia da cidade de Acaraú para falar com Dona Helena¹⁷, senhora que já tinha residido próximo à minha casa, localizada a aproximadamente 8 km de distância do centro da Cidade, e lá tive uma das primeiras conversas informais para a construção desse trabalho. Quem lembrou dela foi meu pai, dizendo que ela e sua família eram bem antigas na região e que ela poderia me indicar alguém. Fui na sua casa e comecei a falar que estava estudando, contei um pouco sobre a temática de forma bem livre, explicando que estava planejando fazer o trabalho na região; então perguntei se ela conhecia alguém que o povo dizia “ter parte com índio”, e ela de cara disse que tinha essa “parte com índio” e começou a falar das histórias de seu pai e de alguns parentes. Afirmava que seu pai era “índio do nariz furado” e “pegue a dente de cachorro”. (MOURA, 2009, p.17)

A extinta localidade de Cacimbas, onde vivia a família de Teresa, hoje está em grande parte submersa, tendo sobrado, talvez até por uma ironia cruel, a mesma cacimba de tijolos, o poço que ajudou os europeus a se aproximarem dos moradores da região. O período das “fazendas de camarão” também não foi tranquilo para muitos dos moradores que continuaram a habitar regiões vizinhas.

Nos anos 2000, os empreendimentos ligados à carcinicultura, ou seja, criação de camarões se tornaram muito populares em diversas regiões no Ceará. E cidades litorâneas, principalmente as comunidades que estavam mais perto de manguezais e praias foram muito impactadas por esse tipo de cultivo. Além de um impacto ambiental e da poluição por meio de produtos químicos, mais comunidades da cidade foram afetadas e expulsas de suas terras.

¹⁷ Nenhum nome mencionado neste trabalho corresponde ao verdadeiro nome dos interlocutores.

Na cidade de Acaraú mais especificamente, houve inclusive embates violentos entre pescadores e marisqueiras e proprietários do setor da carcinicultura. Vamos ver o que o jornal o povo noticiou sobre a comunidade de Curral Velho localizada muito próxima inclusive a comunidade onde viveu Teresa com sua família. O jornalista Edgar Patrício escreve em 2004:

Curral Velho é uma pequena comunidade de pescadores e agricultores com cerca de 240 famílias. Fica a quatro quilômetros da sede do município de Acaraú, e a cerca de 220 quilômetros de Fortaleza. As vidas dessas famílias sofreram muitas transformações nos últimos anos. Desde 2000, diante da construção repentina de viveiros de camarão bem próximos aos locais em que residem há muito tempo, os moradores passaram a se organizar para defender o que ainda restava. Os viveiros provocaram a destruição de manguezais e impediram o acesso a áreas que antes utilizavam para pescar e coletar mariscos. Sobrava uma pequena área que é o próprio acesso à pesca e ao mar. A partir dessa organização, começaram as ameaças.

A última transformação a que essas famílias de Curral Velho presenciaram foi a reorientação da natureza do trabalho desenvolvido pelos policiais do local. De defensores da ordem pública passaram a defender interesses particulares. Mais precisamente dos interesses particulares da empresa Joli Aqüicultura Ltda, produtora de camarão em cativeiro. A empresa já foi multada pelo Ibama. E tudo comprovado por audiência pública da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal e pelo Relator Nacional da Plataforma Dhesc - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da ONU. Vamos aos acontecimentos, a partir dos relatos dos pescadores.

Na manhã do dia 7 de setembro, percebendo a movimentação da empresa, com uso de máquinas escavadeiras, no sentido de destruir o pouco que resta do manguezal, moradores foram até o local e conversaram com o gerente e empregados, que aceitou retirar as máquinas. Mas ao final da tarde, dois pescadores que se dirigiam para pescar próximo a essa área teriam sido recebidos à bala por seguranças da empresa. Diante deste fato, um grupo de 16 pessoas decidiu ir conversar novamente com os funcionários da empresa para saber o motivo de tanta violência. Lá chegando, a cerca de 50 metros, também teriam sido recebidos à bala. Ao final, sete pessoas apresentavam escoriações no corpo, entre elas duas crianças.

Em seguida, os pistoleiros teriam capturado, em estrada próxima, sete moradores que voltavam para suas casas ou procuravam os feridos para prestarem socorro. Sete pessoas foram algemadas, sofreram agressões físicas e foram torturadas. Tiros teriam sido disparados no chão, bem próximos às cabeças das pessoas que se encontravam imobilizadas. Cerca de uma hora depois, chegou ao local uma viatura da Polícia Civil, que levou seis dos moradores ainda algemados para a delegacia de Acaraú, deixando uma criança com os pistoleiros. Somente após a chegada à delegacia foi que se procedeu a retirada das algemas dos pescadores. E mais. Depois que estavam no hospital, os pescadores teriam sido ameaçados publicamente pelos três pistoleiros que chegaram ao local anunciando "que da próxima vez haveria morte". (PATRICIO, Edgar. Solidariedade à comunidade de Curral Velho (Acaraú). *Jornal o Povo*. 17/09/2004)

A matéria jornalística, assim como o trabalho sobre o assassinato do prefeito e diversas outras questões, acaba nos dizendo que mesmo que a história nos relate que o processo de colonização já acabou e que Leal (2012) nos diga que o coronelismo é um período histórico isolado. Os impactos e as violências que esses dois momentos históricos possibilitaram existir ainda acontecem. Ainda há por parte dos meus interlocutores de pesquisa medo e insegurança de ser gravado falando algo sobre determinadas famílias.

Entre todas as quase 30 localidades de Acaraú, a comunidade de Curral Velho, se destaca por ser bastante engajada politicamente, tendo a luta pela preservação ambiental e subsistência das famílias que vivem da coleta de mariscos e da pescaria. Meu amigo Gilvan, uma das juventudes da comunidade que estão a frente da luta pela preservação e meu interlocutor de pesquisa, além de meu auxiliar. Me contou de diversos embates em que a localidade, que tem fama de local de pessoas "bravas" ou "selvagens", coleciona diversas brigas com empresas que tentaram se apropriar de suas terras, inclusive empresas estrangeiras de energia eólica que tentaram de todas as formas fazer a implantação na região. Nos parece que a guerra com esse poder local já a tantos anos mais instituído é mais difícil e violento que os demais (Conversa com Gilvan, 2016).

A família de Teresa como muitas outras ainda carrega marcas dolorosas de todo esse processo, foi inclusive com ela a primeira vez que eu tive contato com um dos sentidos da palavra "tapera" que inclusive está no título deste trabalho. Em muitas regiões

do país esse termo se refere a moradias em ruínas, de taipa, extremamente pobres e/ou construídas com pouco recurso.

Meu pai, José, que participou ativamente de algumas das conversas que foram aqui apresentadas, sempre falava de um poeta de Acaraú que fazia diversas rimas e em uma delas tinha um verso que dizia “se hoje é casa, amanhã pode ser tapera”, esse homem que saía pela cidade fazendo versos que ficaram marcados na memória de meu pai se chamava João Lino e acho importante mencionar seu nome e que na região era comum as pessoas falarem que ele também tinha “parte com índio¹⁸”.

Enquanto estava conversando com Teresa e meus pais no salão, ali eram acessadas não só a sua própria experiência de vida, mas também a história que lhe foi contada por seus parentes mais velhos. Em sua fala cheia de nostalgia e revolta ela falava sobre os locais onde residiam as famílias, onde ficava a casa de cada um e a narrativa em algum momento é trazida para o tempo presente quando entre uma frase e outra ela coloca “lá onde é a tapera de seu fulano” se referindo a essas casas como se ainda existissem, pois ainda são presentes em sua memória. Era como se mesmo não existindo mais uma casa física, ou até mesmo ruínas, o fato de ainda haver essas memórias e os mapas que elas construíram na mente dos interlocutores, ainda permitia as taperas existirem.

Tapera pareceu ter um sentido diferente do resto do país, já não era algo associado apenas a ruínas ou a materialidade de um imóvel, mas a memória de lugares que não existem mais, nem em ruína, pois toda a pequena vila de casas de taipa¹⁹ foi antes de ser inundada e modificada, foi aplanada por tratores, escavada por dragas e só depois submersa. As memórias de Teresa só existem em suas memórias e nas das pessoas que foram expulsas dentro da mesma comunidade.

Tapera. Para mim essa palavra se tornou significativa e representante de alguma forma das lembranças e memórias dessa população, pois mesmo não existindo sequer as ruínas físicas nesse espaço que foi completamente modificado, o local ainda é muito lembrado e vivo pelo povo que foi expulso de lá.

¹⁸ É comum na região que as pessoas se refiram dessa forma sobre a ascendência indígena.

¹⁹ Taipa é um método de construir casas, onde se utiliza barro e madeira para criar moradias que são em geral muito simples.

2.3. AS TERRAS QUE ANTES ERAM LIVRES

Essa terra aqui era liberta né, todo mundo que chegava fazia uma casa, hoje tá mais assim por que...você sabe como é né? Mas de primeiro, eu fiz essa casa aqui em cima dum morro maior que essa casa. Espanei a areia todinha, nunca ninguém disse nada. Mas hoje, se o camarada vai cavar um buraco num pedaço de terra, sempre chega um e diz ‘rapaz num cava isso aí não que é meu’.
(Conversa com seu Geraldo, Agosto de 2017)

Esse trecho partiu de uma conversa com seu Geraldo, senhor de mais de 90 anos que foi um dos meus interlocutores de pesquisa. Seu Geraldo trazia as narrativas de seus parentes ou “os antigos” como se é comum referir aos ancestrais na região, trazendo que sempre que as famílias eram expulsas de uma parte da região, migravam para outra onde tinham terras livres e não aparecia um “dono” com um papel para reivindicar aquela terra. Seu Geraldo dizia que nunca tinha visto uma pessoa indígena a não ser por sua televisão, que conhecia os antigos e eles que habitavam por ali. Quando estive em Espriado, localidade onde esse interlocutor e sua família viviam, fiquei hospedada na casa de seu filho e da esposa que por sua vez tinham uma filha que era cliente do salão de minha mãe e aceitou me abrigar. Em uma noite, conversava com a esposa de seu Geraldo e ela me falou que tinha crescido em outra comunidade, Telhas e Queimadas, que é uma comunidade indígena na Zona da Mata que tem inclusive suas terras demarcadas. Seu Geraldo nunca viu um indígena pessoalmente, mas vivia com uma há muito mais de 7 décadas, nos dando mais uma prova de que nessa região não era e não é comum que pessoas indígenas se refiram a si mesmas dessa forma.

No geral, tanto em comunidades indígenas mais distantes da sede da cidade que se reconhecem desta forma e buscam demarcação de terras e parte dos direitos que lhes foram negados, quanto dentro da própria área urbana do município, há um clima de

temor, principalmente quando se trata de assuntos que mencionam “os poderosos” que viveram ou ainda vivem na cidade.

No capítulo passado, trouxemos uma citação de Valle (1993) que nos dizia que mesmo entre as famílias que se reconheciam indígenas que participaram de sua pesquisa entre a etnia Tremembé, o pesquisador coloca que sempre que ia a sede de Acaraú fazer a sua pesquisa documental, ele era alvo de desconfiança por parte de seus interlocutores, pois grande parte da violência de que aquele povo sofria era vinda das pessoas que residiam na sede do município e se consideravam proprietários das terras e das famílias que viviam nas localidades ao redor.

Aparentemente, assim como a família de seu Geraldo, de Teresa e tantas outras que foram interlocutoras dessa pesquisa, sempre que a violência ficava insuportável, as pessoas procuravam “terras livres” para habitar. Lugares esses que aos poucos foram parando de existir, porque de repente tudo passou a ter dono. O que também vai de acordo as realidades estudadas por Oliveira (2006):

A disciplina imposta aos índios para que se tornassem vassalos do reino português envolvia uma resistência pouco conhecida: frequentemente os índios negavam o aprendizado, abandonando os aldeamentos em busca de seus territórios nos sertões. (Oliveira, p.47, 2006)

Quando se compreende como área indígena tradicional apenas lugares onde se tem um movimento indígena atuante é possível reduzir e invisibilizar a complexidade de fenômenos e situações e os processos vividos pelas pessoas que tradicionalmente habitam essa região.

Não podemos conceber o tamanho do território originário quando se pensa na existência de indígenas na região apenas nos territórios que já são assim reconhecidos e lutam pelo seu direito à terra e a demarcação, muitas pessoas sequer já refletiram ou foram possibilitadas de assumir que se reconhecem como pertencentes a alguma etnia indígena.

No subcapítulo seguinte vamos tratar um pouco mais desses fluxos e arranjos de migração pelos quais muitas dessas famílias passaram e o impacto que diversos desses processos provocaram em suas vidas, na construção de suas identidades e nas ideias que

têm sobre o território e as pessoas à sua volta. Falaremos ainda da miscigenação e o impacto que isso tem na concepção das pessoas da região sobre a forma como se identificam do ponto de vista étnico.

2.4. QUEM TEM MEDO DO ÍNDIO E/OU DE SER INDÍGENA?

O processo de colonização em Acaraú foi violento em toda sua extensão. Meu pai fala que até boa parte da juventude dele, comer peixes era humilhante e identificava a sua classe social, pois caçar a própria comida em uma cidade que como vimos escravizou, expropriou terras era algo visto como inferior. As famílias europeias que foram para Acaraú impuseram não só seu idioma e a formas de vida as pessoas que já habitavam na região, mas fizeram com que essas pessoas tivessem repulsa por seus próprios hábitos, imediatamente todo o costume tradicional das populações originárias da região foi relacionada com ser pobre e ser inferior ao seu pertencimento. Para minha mãe, como eu poderia ser branca se além de filha dela, eu era pobre?

Uma interlocutora que se considerava branca que viveu em uma das comunidades onde eu fiz minha pesquisa de monografia Moura (2009) certa vez colocou que:

Brisa: eu queria saber justamente sobre esse pessoal de antigamente que o povo dizia que tinha parte com índio.

Dona Júlia: Nasci e me criei e nunca vi índio aqui, eu vi assim, às vezes tinha uns cabôco réi²⁰ que tinham as ventas²¹ grandes e povo dizia que eles eram índios.

Brisa: Mas eles moravam aonde?

Dona Júlia: Lá nas Ostras²², mas já morrero tudo.

²⁰ “réi” ou “véi”, nesse sentido, não seria sinônimo de “velho”, mas é constantemente empregado na região como uma forma de reduzir ou desclassificar de certa forma o que está sendo apresentado. Podemos usar algumas frases para facilitar o entendimento: “não quero mais esses seus doces véi ruins”, ou “Esse menino réi fei (feio)”.

²¹ Nariz.

²² Ostras é parte da localidade de Espraiado.

Brisa: Já morreram? Então eles eram os antigos lá das Ostras?

Dona Júlia: Talvez.

Brisa: hummm. E aí chamavam eles de cabôco?

Dona Júlia: Não, chamavam eles de índio.

Brisa: O pessoal das Ostras (repito, refletindo).

Dona Júlia: O pessoal antigo véi, agora só é gente novo que mora lá. Os velho já morreram tudo.

Brisa: Não tem ninguém mais antigo nas Ostras?

Dona Júlia: A pessoa mais antiga talvez que tenha nas Ostras é a Joana Carneiro, o resto dos mais véi já morrero tudo.

[...]

Brisa: Como o pessoal daqui via essas pessoas, falavam com eles? Tinham medo? [...] Não gostavam deles?

Dona Júlia: Tinham medo, eu era uma que chorava de medo.

Brisa: Do pessoal das Ostras? Por quê? (Dona Teresa solta uma gargalhada).

Dona Júlia: Quando eu era menina. Por que diziam que eram índios, aí eu tinha medo, mais os cabôco vei, na mente que num era não, era só porque eles tinham as ventona.

Brisa: Mas o que é que eles faziam? Eles andavam diferentes ou era só mesmo por que eles pareciam?

Dona Júlia: Não, tudo vestido, bem vestidim, trabalhando como os outros.

Brisa: E aí o pessoal tinha medo deles?

Dona Júlia: Os menino. As meninada tinham medo deles.

[...]

Dona Júlia: Eu cansei de ouvir falar que aqui tinha índio, né, mais eu nunca vi.

Brisa: Só o pessoal das Ostras que a senhora tinha medo? (falo em tom de brincadeira)

Dona Júlia: Era, era... chamavam eles, os Carneiros né, a venta do velho (se referindo ao patriarca da família) era destaman (gesticula e faz com as mãos uma distância de aproximadamente 8cm, tamanho que parece exagerado para um nariz), as chinelas dele, eles pegavam uma talba²³, cerrava talba e fazia uma do jeito da outra e depois botava um cabresto de corda.

Brisa: Era mesmo? Eles até tinham essas coisas diferentes.

Dona Júlia: Era mermã. Era tudo diferente dos outros. Era destaman as chinelona de palha com as correia de corda. (Conversa com dona Júlia na comunidade de Espriado, Agosto/2017)

²³ Tábua, se referindo a uma peça plana de madeira.

Afinal de contas, quem se diria algo que afugenta as criancinhas? Quem seria algo tão terrível ao ponto de Dona Júlia, hoje uma idosa, sentir pena e defendê-los dizendo que eles trabalhavam muito, então não poderiam ser algo tão terrível assim.

Após ser intrigada pela fala de Dona Julia, e pela de tantas outras pessoas que me indicavam falar com a “Dona Maria Carneiro” na parte da comunidade de Espraiado chamada de Ostras fui em busca de conhecê-la. Espraiado é um distrito de Acaraú, dentro de seus limites há uma série de lugares e separações como sendo sublocalidades, algum desses lugares são apontados como os que ainda tinham pessoas indígenas ou que tiveram ou talvez ainda teriam, nunca era dada uma certeza, habitado aquele lugar. Durante a parte da minha pesquisa em Espraiado recebi a ajuda de Marília, uma menina de 11 anos, famosa por ser danada e por conhecer todo mundo das redondezas e foi ela quem conseguiu duas bicicletas emprestadas e me levou pelas ruas de areia de Espraiado até a casa de dona Maria Carneiro em Ostras.

Cheguei na casa de Dona Maria Carneiro no final da tarde e ela estava na sala da casa, sentada em uma cadeira de balanço acompanhada de sua irmã, dona Marília, as duas mulheres de 83 e 72 conversaram comigo, mas a principal interlocutora da conversa era Dona Maria Carneiro. A seguir um trecho dessa conversa que me provocou uma reflexão muito interessante, mais uma vez como em todas as entrevistas em que as pessoas não me conheciam tão bem assim, demorou para que as pessoas envolvidas falassem diretamente sobre o assunto, decidi começar então falando sobre “as histórias de antigamente e os antigos” como é comum se tratar na região os ancestrais e habitantes tradicionais da terra.

Brisa: Vocês conviveram com os avós de vocês?

Maria: Conheci meus avós por parte do meu pai.

Brisa: Eles eram daqui mesmo.

Maria: Sim, eles eram daqui.

Brisa: E o que eles contavam sobre o tempo deles?

Maria: Eles contavam, mas a gente criança, eles morreram a gente ainda era criança né... eu mesma nem me lembro bem...

Joana: Eles falavam das horas né, eles olhavam para o sol... Para chamar as pessoa pra irem para o mar, era com esses buzo aqui (aponta para um grande búzio que estava decorando a casa, a concha deveria ter aproximadamente uns

30cm). Fariam um buraquim aí eles abriam e ele fazia um som bem alto. Aí vinha o pessoal tudim pra fazer as coisas junto.

Brisa: Pois são essas coisas que eu queria escutar... é disso que eu quero fazer o meu trabalho.

Joana: aí fazia esteira e corda de palha.

Brisa: Mas essas coisas vocês chegaram a ver ou ouviram mais as histórias?

Maria: Nós chegamos a ver. Nós meninas né, ainda mocinha...

Brisa: Aqui é onde as pessoas chama de “as Ostras”.

Joana: Não, as Ostras é depois daquele beco ali, aqui ainda é Espraiado.

Brisa: É porque o pessoal tem contado umas histórias dos antigos, porque assim, tem o pessoal que já vivia aqui antes da chegada dos de fora né!?

Joana: Sim, antes de chegar os de fora né...

(...)

Brisa: E os pais de vocês da onde eram?

Maria: meu pai era daqui e meu pai era de São Bento de Amontada²⁴, sei que o pai da minha mãe era daqui e o pai da minha mãe era de São Bento. Aí eles construíram a família aqui.

(...)

Nesse momento, entra uma mulher para deixar uma encomenda para a família e ela questiona quem sou eu, e passamos alguns minutos falando de toda a minha descendência e descobrindo parentescos distantes meus com as pessoas de Espraiado. A família de minha avó paterna é de lá e isso facilitou muito a pesquisa, mesmo se tratando de uma família que em sua maioria era composta de pessoas brancas. Aproveitei o momento que gerou mais vínculo entre mim e as interlocutoras e fui continuar a conversa falando dos temas mais “delicados” na região:

Brisa: E por aqui, ouvi falar de um pessoal que o povo aqui de Espraiado falava que eram pessoas que tinham parte com índio, tem gente até que dizia que tinha medo deles, mas eu acredito que eles eram só o pessoal antigo daqui e não tinham nada que fosse de ter medo, vocês sabem alguma coisa disso? (Nesse momento percebo o desconforto das duas irmãs)

Juliana: A gente quando criança de tudo tinha medo né... as crianças têm medo de tudo. (falou com tom de seriedade) Quando logo caia a noite a gente já tava

²⁴ Localidade da cidade de Amontada, que fica próxima á Acaraú.

dentro de casa, assim noite que não tinha lua né, noite escura, na noite de lua a gente saía e ia pros terreiros brincar...

Brisa: Mas a senhora já ouviu falar de que aqui tinha gente que tinha parte com índio?

Maria: Eu ouvi falar né!? Aqui diz que tinha família que tinha parte com índio e tem muitos índios ainda em Almofala²⁵...

(...)

Juliana: As casas eram tudo de palha, as portas, o teto ... Tudo o chão era só na areia.

E eu insisto mais uma vez no assunto que estava sempre sendo tirado do foco:

Brisa: E a senhora se lembra quem eram essas famílias? Quem eram essas pessoas?

(Dona Juliana sai)

Maria: Eu não sei. Acho que já morreram tudo.

Brisa: Mas a senhora lembra de quem eram?

Maria: Não lembro muito bem não... não lembro não... (silêncio) Eu acho que essas família que tinham parte com índio que sempre falavam já morreram. agora na Almofala ainda existe, né.

Brisa: Mas aqui ainda existe alguém?

Maria: Não sei bem, não tenho bem lembrança mas acho que existia. Mas eu não tô bem lembrada não. Eu ouvia falar dos índios né, da família índio, mas eu não sei falar se existia não.

Brisa: Diziam que tinham índios que passavam, que tinham medo deles, a senhora já ouviu algo sobre isso?

Maria: Diziam mas eu não participei sobre isso, diziam ... o pessoal tinha medo, toda pessoa que a gente via diferente a gente tinha medo, porque não sabia quem era.

Brisa: Ouvi dizer que ali pro lado das Ostras tinha gente assim que tinha esse parentesco...

Maria: Sim, aqui perto da gente tinha uma família, mas já morreram tudo, não tem mais ninguém não. Era um casal que diziam que era índio, eles tiveram até uns filho, mas já morreram os filho, já morreram os netos, genro, nora...

Brisa: Não ficou ninguém?

²⁵ Comunidade indígena localizada muito próxima a Espraiado, embora Almofala, como já mencionamos, esteja localizada no município de Itarema.

Maria: Não ficou ninguém... Eu lembro que eles eram pescadores, eles eram trabalhadores, trabalham em curral, em roça, eles não eram gente mal não... eram boa pessoa, muito amigo da gente, ajudavam a gente. Mesmo papai quando queria alguma coisa trabalhava com ele... *Mas já morreram tudo, da nossa família mesmo só sobrou nós, eu, ela e outro irmão.* Tem a Graça também que era da nossa família.

Brisa: E eles eram da família de vocês?

Maria: Sim eles eram assim o pessoal de Ostra e a gente tinha parte com eles, com o pessoal de Ostra, *era nosso parente e a gente era muito amigo.* A gente era vizinho. (silêncio)

Maria: De família nossa mais idosa eu acho que só tem mais eu mesma, todos o resto já morreu.

No final da conversa, que já estava cheia de silêncios por conta da insistência da pesquisadora em falar de temas mais polêmicos, dona Maria assume que os que chamavam índios de Ostras eram seus parentes e que além dela, da irmã Juliana que estava ali e outro irmão, todo mundo já teria ido.

É sempre muito perceptível, na visão da interlocutora, o fato da revolta pela forma com que essa parte de sua família, e até ela mesma, eram tratados. Nas entrelinhas do discurso das pessoas de Espriado que me indicavam falar com dona Maria Carneiro, por ser “uma pessoa que sabe sobre índios”, estava o indicativo de que ela era parte da família que mais vivia com esse rótulo na comunidade.

Apenas no final da conversa ela diz como um desabafo que só ela e os dois irmãos eram os únicos vivos dessa família na região. Outro ponto a ser ressaltado é que não importava o quanto andávamos a caminho das Ostras, nunca de fato chegamos lá, essa área ficava sempre um pouco mais adiante ou um pouco mais para trás da casa das pessoas que nos informava a direção. Ostras era quase como as famílias indígenas de Espriado, todos sabiam que existiam e existem, mas ninguém assume de fato onde seria o lugar.

Quando vamos imergindo nas camadas das memórias das pessoas de Acaraú, vamos percebendo que as pessoas indígenas sempre estiveram lá, mas em Acaraú, por tantos motivos que já abordamos aqui, é algo tão sério dizer que alguém é índio ou indígena, que poucas pessoas, salvo as que não se encontram em áreas que já estão inseridas no movimento indígena e lutam por seus direitos, realmente se reconhecem dessa

forma, por mais que suas vidas, histórias e memórias estejam interligadas com essas narrativas.

Podemos até dizer que é como se boa parte das pessoas que estão em áreas da região que lutam pelo reconhecimento da terra tenham rompido com esse véu que foi imposto às pessoas da cidade, e ainda que esse rompimento nem sempre é total, pois como relata Valle (2004), mesmo entre esses grupos é difícil se ter uma autoidentificação homogênea, mesmo dentro das comunidades indígenas, alguns se diziam como índios não puros, índios misturados etc. Todo esse debate só nos mostra o quanto são complexos todos esses arranjos na região, coincidência ou não, os lugares onde há uma luta política na região são os mais afastados da sede do município, onde vivia a maior concentração de famílias europeias na região, que depois foram se tornando os políticos e agentes “da lei” local.

Na região, em um primeiro momento, os indígenas são seres de nariz furado, ventas muito largas, ou os índios da TV. Depois de mais um tempo de conversa vamos entendendo que essa distância vai sendo cada vez menor e os índios que antes eram só histórias que quem passou ou ouviu falar vão se tornando parentes ou os próprios interlocutores.

2.5. UM PROJETO PARA NEGAR A EXISTÊNCIA DE PESSOAS

A seguir temos um trecho do artigo “1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir.” de Ticiane Antunes, que fala da invisibilização das pessoas indígenas do Ceará, que foi muito fortalecido pelo “decreto”²⁶. Hoje sabemos que não se trata de um decreto oficial, mas que afirmou para a coroa portuguesa não existir mais pessoas indígenas no Ceará. Esse decreto se deu logo após a chamada Lei de terras, de 1850 que além de tratar de diversas questões agrárias do Brasil, também colocava, depois que a igreja e coroa portuguesa reconheceram que indígenas eram pessoas, e terem tido suas terras tomadas, deveriam então ter essas

²⁶ O chamado “decreto”, na verdade é um relatório provincial, ambos os documentos são considerados oficiais, mas não tem o mesmo peso.

terras restituídas. O artigo também comenta sobre como foi discutido na assembleia legislativa do Estado do Ceará o impacto dessa invisibilização até nos dias de hoje:

O Ceará é considerado o terceiro estado do nordeste em que, numericamente, o fenômeno de ressurgimento étnico é mais latente. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2010, vivem na região metropolitana de Fortaleza 9.335 indivíduos que se autoafirmam índios e atualmente, cerca de 90% dos municípios cearenses possuem nomes de origem indígena. A população total de índios que vive em dezenove desses municípios – a maioria concentrada no litoral oeste – é de 30 mil indivíduos e, ainda em relação ao citado censo do IBGE, a população de índios cearenses cresceu 40% em todo o estado em relação ao último censo. Muitos desses índios vivem em comunidades que, nos últimos vinte anos, passaram a se auto-identificar como aldeia, variando muito em sua estrutura geográfica e populacional. Porém, somente quatro aldeias foram oficialmente reconhecidas e demarcadas pelo Governo Federal, o que demonstra o descompasso da política pública brasileira em relação à principal demanda de uma população que cresce vertiginosamente. (...) Assembleia apresentou um requerimento solicitando uma comissão especial com a missão de realizar um levantamento documental para comprovar a existência dos índios antes e depois deste relatório provincial de 1863. Desta forma, confirmou-se que os índios foram apagados da História oficial pela força das leis e do discurso historiográfico, desconsiderando, portanto, que os mesmos sempre foram sujeitos atuantes na dinâmica social. O objetivo aqui é compreender de que forma esse relatório provincial – uma documentação rotineira da burocracia administrativa do Império brasileiro – que não possuía nenhum caráter jurídico, tornou-se uma declaração simbólica tão enfática no suposto desaparecimento dos índios do Ceará. Veremos que esta foi mais uma, das muitas outras ações do governo e das elites locais em prol de forçar o desaparecimento de uma população, que tinha como base de existência a estrutura comunal da terra. Essas ações eram empreendidas pela lógica assimilacionista de território e povos indígenas do segundo reinado, especialmente após a Lei de Terras de 1850. O “decreto” de 1863 foi mais um dos muitos equívocos que as novas interpretações do documento histórico possibilitam reparar, quando trouxe à tona as vozes dos índios como sujeitos atuantes na realidade, que nunca aceitaram com passividade a lógica repressora da escravidão, dos aldeamentos, das leis que expropriavam suas terras e do discurso ideológico que apagavam suas identidades. (ANTUNES. 2020. p.9/10)

Esse mesmo relatório provincial é inclusive citado no processo judicial entre a Fazenda Ducoco e os Tremembés de Almofala (Valle, 1993), onde a empresa, muito embora tenham diversos materiais também históricos que comprovam a posse da região pelos Tremembé, afirma que é dona da terra. Além de tudo, esse relatório provincial acaba sendo uma prova escrita de que, na verdade, o processo de inviabilização das pessoas indígenas do Ceará foi um projeto e tinha as suas intenções óbvias. Já que não se podia mais tomar as terras de pessoas indígenas, era só se afirmar que essas pessoas não existiam mais e assim não estariam tomando terras, pois pessoas que não existem não podem ter terras, não é mesmo?

No caso específico do Ceará, e não imagino que seja algo distinto em outros lugares do país, temos um projeto histórico. Em se tratando de um período histórico onde elites se consolidaram pela posse dessas ditas terras roubadas, foi mais conveniente para os legisladores, que simplesmente fosse dito que as populações indígenas não existiam mais nesse lugar. Então quando se rouba terra de alguém que simplesmente evaporou e não existe mais, não tem a quem se devolver e seguindo essa lógica os processos de desapropriação continuaram ocorrendo. Não é de hoje que as populações indígenas no Nordeste do Brasil lutam por existir ou silenciam suas histórias para permanecer existindo.

Com esse debate busco aqui provocar os leitores pelas mesmas trilhas pelas quais eu me questioneei. Os caminhos de formação da identidade de um indivíduo são complexos e envolvem processos internos e externos ao indivíduo (LE GOFF, 2003). Às vezes, como pesquisadores, vamos ao campo com perguntas já muito bem estabelecidas e encontramos uma realidade muito mais cheia de pormenores do que esperávamos encontrar.

CAPÍTULO 3: DESLOCAMENTOS

3.1. DE ONDE VIERAM OS BRANCOS?

Nesta altura do trabalho, considero importante falar um pouco mais sobre as pessoas que vieram de outros países e acabaram por ficar na região hoje chamada de Vale do Acaraú. O poeta e historiador local, Nicodemos Araújo (1940), de seu modo, é um dos poucos que fala sobre a história das famílias europeias que chegaram lá. Algo que é interessante sobre este autor, é sem dúvidas a forma com que ele trata em sua obra das famílias indígenas e as de origem europeia.

Onde este mesmo autor inclusive admitindo em algumas passagens que os primeiros habitantes da região eram pessoas indígenas e tendo inclusive um livro dedicado a falar exclusivamente sobre os Tremembé de Almofala, acaba por deixar aparente em alguns momentos da obra que a permanência indígena só se restringiu especificamente a parte da região de Almofala, que hoje pertencente ao município de Itarema.

Porém, quando ele se propõe a falar das famílias de Acaraú, em um livro que se propunha construir toda a genealogia dessa cidade, que na época de um ponto de vista territorial era bem maior que hoje, ele não menciona a história de famílias indígenas ou de casamentos entre pessoas de origem europeia e a população que já existia na região antes

da vinda dos forasteiros, descrevendo muito bem as origens das famílias de origem europeia que habitaram a área até então e praticamente omitindo quais permaneceram.

A partir de seu trabalho e não o menosprezando, pois só o fato de ele nas entrelinhas afirmar que os primeiros habitantes da região eram de fato indígenas, já o coloca em uma posição de diferenciação entre a maioria dos historiadores que o antecederam ou foram contemporâneos a ele que apenas seguiam o que dizia o já mencionado “decreto” que não chegava a ser decreto. Nicodemos Araújo ainda se dispôs a escrever, mesmo que nas entrelinhas, que de alguma forma a região já tinha habitantes antes da chegada das famílias de origem europeia.

Então, mesmo não trazendo de forma muito presente em seu trabalho a presença indígena em regiões que não sejam Almofala, seu trabalho contribuiu bastante para validar muito do discurso de comunidades indígenas da região que reivindicam até hoje a posse de parte de suas terras, entre elas principalmente a comunidade Tremembé de Almofala.

Desta forma, o autor coloca que já em seu período existiam diversas versões sobre os primeiros povoadores da cidade, é interessante notar a forma com que esses autores falam de “povoamento” de uma região que já tinham diversas famílias morando, ou seja, na verdade, quando tratam desse tema é falado, na verdade, sobre o povoamento branco europeu ignorando ou deixando muito subentendido a existência das populações que já se encontravam de posse da terra.

Os escafandristas de nossa História não são concordes quanto ao povoamento do Ceará, isto é, quanto à época em que começaram a chegar ao solo cearense os seus primeiros habitantes, e em que os mesmos se ocupavam. Figuras exponenciais da nossa literatura histórica têm divergido de opinião, no trato deste importante setor da vida sócio-econômica das comunidades cearenses. É assim que, enquanto João Brígido, em sua obra intitulada CEARÁ - HOMENS E FATOS, afirma que esse povoamento teve início no tempo da guerra holandesa, quando “o interior do Ceará começou a receber população de origem portuguesa e muitas famílias tiveram de abandonar o litoral para viver nas matas ocupando-se de plantação, ou no sertão, criando gado”, Antônio Bezerra, citado por Alcântara Nogueira, “com documentação farta e análise penetrante, põe por terra a afirmação de João Brígido, provando que o Ceará só foi povoado no

interior a partir de 1678 exatamente quando têm início as datas de sesmaria da Capitania". Em que pese, no entanto, a assertiva de Antônio Bezerra, cognominado o "Sábio Cearense", pode admitir-se que os fugitivos da invasão holandesa, na pressa de se afastarem da zona perigosa, foram se fixando aqui e ali, como puderam e, somente depois de algum tempo, trataram de aproveitar a concessão das datas de sesmaria, para então se localizarem definitivamente, legalizando, assim, suas posses de terra. Pelo menos é assim que ainda hoje se procede por aqui: ocupa-se um pedaço das chamadas terras devolutas ou terras nacionais e depois de alguns anos de ocupação requer-se uma justificação de posse, que, geralmente, depois das formalidades legais, é concedida "mansa e pacificamente".

(...)

Ora, acontece que as praias de Acaraú, que se estendem desde a ponta de Jericoacoara (Buraco das Tartarugas), até a enseada de Patos, em virtude das dunas que se localizam ao longo de todo o nosso litoral, nunca se prestaram à pesca usada naqueles remotos tempos. E, segundo afirmação do jornalista acarauense, Francisco Ewerton da Silva Lopes, profundo conhecedor das coisas acarauenses", somente se adapta perfeitamente a pouca profundidade de nossas águas litorâneas, é que se passou a exercer a pesca entre nós, dados os proventos, largamente compensadores, daí oriundo". E o ilustre professor Renato Braga, embora dizendo que o topônimo de Acaraú²⁷ nasce da riqueza piscícola desse trecho do litoral cearense, propiciador de abundantes pescarias aos índios e aos navegantes", afirma também que, "quando surgiu a indústria de carne-seca, em torno da qual girou toda economia setecentista do Nordeste pastoril, coube a esse lugarejo, centralizá-la ao Norte da Capitania", o que temos oportunidade de comentar em outro local desta monografia. Além do que fica dito, o município de Acaraú se estende até uma distância de cento e cinquenta quilômetros, ao Sul da orla oceânica. E tal distância dificultaria, de muito, a pescaria marítima para os habitantes da parte meridional da comuna. (ARAÚJO, Nicodemos. 1940)

Podemos perceber que existem diversas versões e que embora alguns mencionam uma existência indígena na região, inclusive através da noção de um aldeamento reconhecido, até de forma bastante documentada do ponto de vista da história oficial, o aldeamento de Almofala. Algo que também traz complicações a essa forma de tratar esse suposto povoamento, é o fato de ser feito algo que já mencionamos aqui. Que é

²⁷ Modo como a região era chamada no passado.

o fato de reduzir como indígenas só as famílias que permaneceram em Almofala. Vale ser ressaltado que o aldeamento foi construído inicialmente justamente com a proposta de isolar o maior número de famílias indígenas possível dentro de um mesmo território, que seria então também bastante reduzido.

Outro assunto fundamental é que mesmo quando se fala sobre terras devolutas e sobre um território de aldeamento, não quer dizer que famílias como a de Teresa, de dona Marimar e tantas outras pessoas como as que conversei durante o campo dessa pesquisa tenham ou saído de Almofala, ou que sequer tenham ido até lá. O fato de Almofala ser conhecido tão fortemente como “lugar onde vivem os indígenas” acaba invisibilizando inclusive as comunidades que já se reconhecem como indígenas, com telhas e queimadas. E esse recurso, pelo que vimos até o momento, não é despropositado, muito pelo contrário, ao tornar almofala um aldeamento e impor diversas famílias indígenas a viverem lá, se tem toda a extensão desse território “sem dono”. Afinal de contas, não seria roubo se não se tivesse um dono anterior.

3.2. DESLOCAMENTOS NA REGIÃO

Acaraú não é muito diferente de qualquer outra cidade do interior no ponto de vista das formas com que as pessoas consideram parentesco. Assim como eu, mesmo sendo uma pessoa nascida e criada na Zona Urbana da cidade, durante esse percurso encontrei diversos parentes distantes em campo. Primos de no mínimo terceira e quarta gerações, histórias de bisavós e até tataravós, a proximidade que para pessoas que talvez vivessem em grandes centros urbanos seria algo completamente irrelevante ou quase não rastreável, no interior traz essas ideias de proximidade. Não por acaso a fala “tu é filha de quem” foi tão presente em toda a minha trajetória do campo dessa pesquisa.

Obviamente esse cenário não é distinto entre as famílias que ascendem e descendem de pessoas indígenas. No caso de Acaraú, por conta de sua primeira chegada e de se encontrarem devido a tantos contextos ou já mencionados ou que ainda vão ser, pessoas de comunidades distintas rememoram relações de parentesco. Inclusive entre os

próprios interlocutores essa parentalidade era sempre ressaltada. Nessas localidades, onde há medo e desconfiança de pessoas que vem de fora até hoje, essas relações com alguém da cidade estabelecem relações de proximidade e confiança. Realmente não sei se essa pesquisa seria possível se eu não fosse de todos os lados da família vinda de Acaraú e não tivesse me utilizado de toda a minha árvore genealógica.

Na conversa com seu Venâncio, uma das últimas pessoas com que pude conversar para a execução da pesquisa, antes de me mudar para o Rio Grande do Sul, ele conta que sua família residia em Almofala, e que devido a uma seca, assim como a duna que depois veio a soterrar a Igreja da aldeia Almofala sua família acabou por se mudar para a sede do então município de Acaraú. Onde fincaram residência e começaram a trabalhar na terra de um homem no regime de patronato.

Para trazer mais contexto é importante dizer que a aldeia de Almofala fica localizada a beira-mar e que se trata de uma praia com muitas dunas e que uma delas em um dado momento da história soterrou toda a igreja foi completamente. A gigantesca duna móvel que permaneceu sobre o templo por 45 anos. Após esse período a duna começou a se movimentar novamente e trouxe a mostra a ponta da torre da igreja, que a partir daí foi desenterrada pela própria comunidade.

Sobre isso Seu Venâncio que na época de nossa conversa já tinha 85 anos, coloca em um trecho destacado de nossa conversa:

Seu Venâncio: Todo mundo foi criado aqui em Acaraú, mas meu pai mesmo era da Almofala e minha mãe do Itarema, mas todos nós desde menino fomos criados aqui no Acaraú.

Brisa: e são quantos filhos lá?

Seu Venâncio: lá em casa? Eram 10 e foram-se embora uns e agora são 9.

Brisa: o Senhor conheceu seus avós?

Seu Venâncio: conheci só meu avô o pai do meu pai.

Brisa: e aí como ele era, as histórias de antigamente?

Seu Venâncio: ele era um velho assim tranquilo né!?

Brisa: o senhor sabe por que a família do senhor veio embora pra cá.

Seu Venâncio: por causa de crise né de. seca né. Aí o velho pai deles trouxe eles pra cá. Para morar aqui, pra tentar escapar na terra do velho Dr. Chico Chaves. O velho era vivo, era um nome novo na época.

Brisa: e o Sr. Passou algum tempo em Almofala?

Seu Venâncio: Passei lá um ano e dois meses, na casa do meu avô. E depois desse tempo eu fui lá só uma vez, buscar uma velho que tava lá, o velho meu avô né, que tava lá meio devagar²⁸, e lá ele tinha um bucado de neto. Esse pessoal já morreram tudo, os meus tios. E essa foi a derradeira vez que eu fui na Almofala. De vez enquanto o meu pessoal vão, eu prometi voltar, mas não vou.

Maria Zenilda: E isso aí ta com quanto tempo?

Seu Venâncio: Quantos anos? A derradeira vez que eu andei lá foi em 63... 1963.

Brisa: O senhor ta com quantos anos agora?

Seu Venâncio: eu ainda faço o Tiro de Guerra²⁹ para o ano(risos). Ainda sou de menor.

(...)

Brisa: aqui na região parece que tem vários tipos de família, aqueles que estão a mais tempo...

Seu Venâncio: aqui mesmo eu tenho tipo, tenho neto, bisneto, sobrinho...

Brisa: aqui tem família desses antigos né, que o povo dizia que era índio. E tem os que o pessoal diz que tem parte com o branco que veio de fora né, nos navios?!...

Seu Venâncio: diz que na Almofala né, que nós somos de lá, diz que meu avô e eu sou da família de índio.

Brisa: e o senhor sabe porque diziam isso?

Seu Venâncio: e eu sei lá... antigamente o pessoal morava tudo nos matos né, tudo era mato, o mato alto. Aí eu vim de lá na Almofala. A igreja de lá passou 45 anos embaixo de um morro e quando o morro passou não tinha caído nada. E a santa tava lá no lugar dela, 45 anos é tem viu. Aquela duna sai andando e andando e ainda ta andando, ela acabou com matas e com tudo.

Brisa: e o que você acha? Que o seu avô era índio mesmo?

Seu Venâncio: eu acho que era. O pessoal tinha esse dizer que ele era da família índio e talvez até fosse, né! Antigamente existia índio mesmo lá e lá é aldeia dos índios, em Almofala. A santa de lá foi os índios que acharam.

(Conversa com seu Venâncio, Outubro de 2017)

²⁸ Por devagar aqui o autor quer dizer que o seu avô estava enfraquecido, beirando a morte.

²⁹ Tiro de Guerra é o nome que o senhor Venâncio dá ao TG 10-018 do comando da 10ª Região Militar, fundado em 1945 principalmente para que os homens de Acaraú prestassem serviço militar obrigatório. Por isso a referência que seu Venâncio faz a sua idade, pois as pessoas prestam serviço militar a partir dos 18 anos.

Na região as pessoas são como suas dunas, se movimentando por toda região, assim como a família de Seu Venâncio. Pensar nos deslocamentos dentro da mesma região é pensar também nas relações de parentesco entre as pessoas da região. Mesmo sem ter seus registros na historiografia local, as árvores genealógicas são muito bem demarcadas na memória das pessoas.

Acaraú não é uma cidade tão pequena assim em termos de população. Desde o último censo do IBGE em 2010 a cidade tinha cerca de 63 mil habitantes, que se dividiam entre a sede, a zona da mata e a zona da praia. No campo pude compreender que mesmo dentro desse cenário as pessoas ainda tinham muito bem demarcadas seus parentescos. Que transcorrem aldeias e localidades e sempre me surpreendiam quando estava em campo.

Por mais que a própria Dona Marimar tenha sido fruto de um relacionamento extraconjugal entre um homem branco e sua mãe indígena, por parte de mãe ela seria parente distante de Teresa. Mesmo que as duas tenham vindo de localidades diferentes, as localidades eram próximas, Curral Velho e Cacimbas, inclusive Teresa usa esse vínculo de parentesco com a Dona Marimar como uma forma de reiterar a sua ancestralidade indígena “Ali a Dona Marimar que foi casada com o Sr Alcides, dizem que ela é índia e ela ainda é parente minha.

A esposa de Seu Geraldo, Dona Alba, que veio das comunidades indígenas de Telhas e Queimadas e que morava agora em Espraido também pontava ser parente de Seu Venâncio, nascido em Almofala e hoje residente em Acaraú. É interessante pensar que essas situações foram apenas as que eu me deparei por acaso, onde os próprios interlocutores apontaram quem seriam seus parentes. É muito provável inclusive que se olhássemos ainda mais de perto que encontrássemos ainda mais parentes distantes entre os interlocutores da pesquisa.



Figura 3: Igreja de almofala sendo desenterrada. Conforme o pesquisador José de Fátima, a foto foi tirada no dia 10 de outubro de 1898.

Também como já foi ressaltado, as secas e o clima da região, além dos diversos processos de violência também estimularam em alguns períodos históricos, também existem as circulações na região ocasionadas pelas secas e conflitos políticos vividos por famílias indígenas de outras etnias e regiões.

Diferente de boa parte do sertão do Ceará, essa faixa litorânea, também por ter uma altitude mais baixa em relação ao nível do mar, acumulou diversas fontes subterrâneas de água, e em períodos extremos sempre era uma saída efetiva para famílias com sede ou até mesmo, já expulsas de outras regiões. Sobre esse período, Dias (2019) coloca que:

“No período de 1877 a 1879, a província do Ceará foi atingida pelo fenômeno climático da seca, a qual ocasionou grandes repercussões sociais, culturais e econômicas. Tal fenômeno interferiu no funcionamento da dinâmica populacional da região, sobretudo na alteração de perfis migratórios e de mortalidade.” (DIAS, Dayane J. C, 2019, p. 175)

Sobre esse período ainda atualmente não se tem precedentes da forma que afetou as comunidades indígenas ainda não aldeadas e as pessoas africanas ainda não

batizadas, pois a maioria dos registros de óbitos são os que foram produzidos pelas paróquias e por esse motivo só abrangem as pessoas que eram batizadas (Dias, 2019).

Além da questão de o litoral ter mais reservatórios de água por conta da sua posição geográfica e altitude, os registros do período também coloca haver um grande número de boatos sendo espalhados, sobre a entrega de donativos nas cidades litorâneas:

“A população faminta, semi-nua, desvairada, precipitava-se do centro para o litoral, como uma torrente, alastrando de cadáveres as estradas; porque chegara a todos os pontos a notícia que, por falta de transporte, somente se distribuiriam socorros nas cidades próximas do mar” (BARROS, 1879, p. 39).

Dona Marta, uma de minhas interlocutoras, afirma que a família dela era indígena. E que seu tataravô veio com a família da serra de Uruburetama para se afugentar da seca. A partir daí, ela coloca que a família ficou onde é hoje a localidade de Espriado e que lá fincou raízes. Outro ponto interessante da conversa com dona Marta de na época 92 anos, é que ela traz também a narrativa de como sua família indígena, da qual eu também tenho parentesco pelo lado paterno, “ficou mista”, nas palavras dela própria, após assimilar naufragos de um navio de origem europeia.

Dona Marta: Então aquelas pessoas que podiam acolher os naufragos dos navios acolhiam. Aí cada família acolhia algumas pessoas, já vinham naufragados, já cheios de sofrimento e de fome. Aí aqueles que mais tinham poder e família acolhiam eles, como as minhas duas bisavós fizeram. Às duas eram Marianas né, tanto a Melo como a Silva. Pois é, aí eles acolheram, acolheram, trataram que eles estavam muito fracos. Aí um deles que foi o Marido da minha avó disse, “Agora dona Tinha, além do trabalho que eu te dei, eu vou casar com uma das suas filhas”. Ela tinha... eu não sei quantas filhas, eu não me lembro. Não sei, né!? E ele disse “eu não tenho nada mais trabalho” e ela disse “por isso não, então eu vou doar um terreno para você fazer a sua casa. (conversa com dona Marta, Cintia e José

Depois desse relato, iniciou-se uma conversa, entre Dona Marta, uma de suas filhas Cintia e meu pai. Que reproduzindo o racismo e xenofobia que por tantas razões, ainda mais que o comum em Acaraú, estão tão presentes. Começam a falar quais entres das famílias nas gerações seguintes nasceram de pele clara e quais nasceram de pele escura,

sempre dando mais atenção e lembrando com mais carinho os entes e as narrativas dos mais claros de olhos azuis.

O navio de grande porte que naufragou, segundo os interlocutores logo na frente do Espraiado, ficou conhecido mesmo mais de um século depois pela população local como “o Navio do Espraiado”. O site “Naufrágios do Brasil registra a existência de um Naufrágio muito antigo com a datação imprecisa, denominado de Acaraú I, mas ainda não se tem certeza de qual embarcação e qual o ano preciso do naufrágio.

3.3. OS QUE FICARAM

Brisa: E Lanza Velha?

Maria: Lanza Velha era dos Giffoni.

Teresa: Na Lanza Velha eles também viviam essa pressão de não poder fazer uma casa de tijolo...

Brisa: Então quer dizer que é a mesma coisa, tinha gente lá antes, ai eles vieram se apossaram e falaram que eram donos?

José: Só que Lanza Velha sempre foi um povoado que não agregou tantas famílias como Cacimbas. Lá talvez tenham vivido umas três ou quatro famílias que até hoje existem lá, como os índios da família Hipólito do Raimundo Hipólito que até hoje vivem lá. Eles são os primeiros da Lanza Velha...

Teresa: Mas lá não foi como as Cacimbas, né!? Eles lutaram e ainda tão lá...

Brisa: Eles lutaram?

Maria: Naquela região ali perto do Curral Velho o pessoal luta mesmo.

Teresa: Fizeram a casa de tijolo, hoje tudo tem casa de tijolo e tem energia, né!?

José: Os meninos foram bons, eles liberaram, os Giffoni liberaram de onde era a posse deles da estrada aí os Giffoni liberaram 60 metros para os que viviam lá e lá é onde hoje é a casa da Cata, a Cata é nativa da Lanza Velha só tem duas pessoas que moram ali que não são de lá nativo, é o Valdir, que ele veio do Sertão e aquele sr... Como é o nome daquele que a mulher corta o cabelo aqui Zenilda?

Maria: Prodígio.

José: esse mesmo. O resto tudo é de lá.

(conversa com José, Maria e Teresa em Novembro de 2019)

Desta parte da conversa, sem dúvidas, podemos pensar em diversos aspectos. Um deles é duas visões que são colocadas, de um lado a de Teresa e de outro a de meu pai José. Ele, um homem branco descendente do lado paterno de uma das famílias que se apossaram da região, e de outro lado, do lado materno, de uma família “misturada” a mesma de Dona Marta, família que como vimos se auto-percebe como mestiça. José vê o que Teresa chama de luta pela resistência da população de Lanza Velha, como bondade por parte dos que deixaram a permanência das populações tradicionais na localidade. Ele enxerga como um favor benevolente por parte da família de origem italiana que depois de muita resistência da população, optou por permitir que eles ficassem com uma curta parcela da terra que já seria pertencente a eles.

Mesmo no momento da conversa é possível perceber a cara de Teresa de desconforto, quando sua narrativa é descontextualizada pela fala de alguém que no quadro das famílias de Acaraú, apesar da origem pobre, ocupou um lugar mais confortável em relação à xenofobia, expropriação da terra e demais preconceitos.

Quando olhamos para o mapa de Acaraú, assim como vimos na Figura 2 (página 16) que aparece na Introdução, podemos perceber que a antiga comunidade de Cacimbas, Lanza Velha, o já mencionado Curral Velho, Espraiado forma praticamente uma única região, a faixa litorânea em questão se encontra com a do hoje município de Itarema e por consequência a localidade de Almofala. O que nos lembra que quem criou as fronteiras na região foram, na verdade, as famílias de origem europeia que vieram tomar posse das terras que já eram habitadas. Antes de tudo as terras eram “libertas” como disse Seu Geraldo e que só depois que vieram os posseiros não se podiam mais construir uma casa onde bem se entendesse (conversa com Seu Geraldo, Agosto de 2017).

Quando fala sobre as famílias brancas de Acaraú, Nicodemos Araújo (1940) diz que "família Giffoni, provém de Nápoles na Itália e chegaram a Acaraú por intermédio de Vicente Giffoni que construiu um dos esteios do comércio local." Uma observação interessante a ser feita é que a região que foi inicialmente apropriada pela família Giffoni até hoje é residência de alguns dos muitos membros dessa mesma família.

Lanza Velha não está no Google Maps e raramente aparece em mapas mais detalhados do IBGE, mas está no conhecimento de muitas pessoas. Foi inclusive um dos

pontos que me chamaram atenção nessa pesquisa o quanto são bem mais complexas as organizações territoriais da região vistas de perto, os mapas “oficiais” ainda deixam muitas divisões de fora. Aparentemente, para aquela região de Acaraú, Lanza Velha sempre esteve lá, apesar dos Giffoni e de qualquer colonização, segundo Teresa, por exemplo, as parteiras que fizeram os partos dela e de todos os seus irmãos e parentes vinham de lá e em toda aquela faixa de terra se alguém fosse nascer até um certo tempo atrás, nascia pegue pelas mãos de uma mulher de Lanza Velha.

As pessoas da Lanza Velha ficaram, mas ficaram sem nenhum outro direito, até hoje alguns deles ainda vivem no mesmo lugar. São famílias extremamente pobres e vivem, em sua imensa maioria, da pesca e da captura e venda de mariscos.

3.4. PARA ONDE FORAM?

Brisa: De quem tu te lembra que morava lá também, quem tu acha assim que também possa me falar sobre esse tempo?

Teresa: tem muita gente. O povo que saiu de lá. Só que a maioria foi pra Fortaleza, pra um bairro chamado *Serviluz*. Primeiro eles invadiram uma praia que era a Praia Mansa.

Brisa: Aonde essa praia? Lá em Fortaleza?

Teresa: Lá em Fortaleza. É onde hoje tem até um local lá onde se faz festa, é ali já no fim do cais do Mucuripe, aí invadiram lá, era uma praia.

Brisa: Todo mundo era de ... a maioria do pessoal era das Cacimbas?

Teresa: Era, aí dessa praia mansa eles foram pro *Serviluz*, fizeram as casinhas deles no *Serviluz*. E ainda hoje eles tão lá.

Brisa: Mas a maioria dos que tu lembra foi pra lá?

Teresa: E tem aqui nas Pedrinhas (bairro da cidade de Acaraú). Uma boa parte nas Pedrinhas.

Brisa: Tu lembra o nome de alguém?

Teresa: Lembro, foi muita gente pras Pedrinhas de lá. Agora a minha tia de 91 anos vai saber te contar melhor como era e quem são. (conversa com Teresa, Novembro de 2019)

Infelizmente, por conta da situação sanitária que se encontrava o mundo por conta do vírus que ficou conhecido como covid-19, que tinha inclusive como seu principal

grupo de vítimas os idosos, não pude fazer entrevistas com os membros mais antigos da família de Teresa, principalmente sua mãe e sua tia. Essa situação também dificultou o meu deslocamento de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde eu até hoje resido, e Acaraú.

A fala de Teresa nos traz detalhadamente sobre o trajeto que algumas dessas famílias fizeram, em busca de uma melhor qualidade de vida, longe dos mandos e desmandos das pessoas que se apropriaram das terras e/ou as expulsaram. A fala de Teresa especificamente sobre esse tema me lembra fortemente dos vínculos que existem entre os bairros considerados “lugar de caboco” em Acaraú, que sempre são tidos como violentos ou alvos de muitos estigmas e não por acaso e se unindo a fala de Teresa o bairro de Pedrinhas é um desses lugares. No período do carnaval, o preconceito com esses lugares aumenta, pois em todos os anos, com exceção ao período de pandemia, é comum que os parentes dos que ficaram em Pedrinhas, justamente frutos das famílias que foram se aventurar há muito tempo em Fortaleza, fretem ônibus e venham aproveitar o carnaval junto dos seus parentes que ficaram. Obviamente, nesse período, uma parte da cidade responsabiliza o povo de Pedrinhas e bairros com essa similaridade por qualquer caso e violência ou insegurança que ocorra na cidade.

Mesmo mudando de cidade, mesmo sendo expulsos pela segunda ou terceira, ou até mais vezes como veremos a seguir, há um laço forte entre as pessoas, às vezes até de parentesco distante, que compartilharam da dor de todo o processo que descrevemos. Teresa ainda lembra com carinho o nome de algumas famílias que eu poderia procurar para tentar falar em Fortaleza, ainda em um forte laço com seus parentes que foram para lá. A memória de Teresa e de sua família sobre as famílias que após expulsas foram tentar a vida na capital, mais uma vez é similar ao que é trazido pelas narrativas oficiais e pelos trabalhos acadêmicos.

Serviluz, que não é reconhecido oficialmente como bairro, mas que tem sua existência marcada claramente na história de Fortaleza, notadamente nos processos de resistência. Como outras comunidades também não reconhecidas como bairro, ele, enquanto unidade territorial de planejamento, não representa qualquer vantagem em termos de gestão urbana, mas tal fato é aqui reportado porque surge recorrentemente na fala dos moradores e é desse local que eles se identificam. O Serviluz está situado na chamada costa leste, porção do litoral da

cidade de Fortaleza que se estende da Praia Mansa à foz do rio Cocó, que oficialmente engloba quatro bairros. Há ainda quem considere que o Serviluz esteja inserido no chamado Grande Mucuripe, formado pelos bairros Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzon, Meireles, Varjota e Praia do Futuro I e II. Está precisamente situado dentro dos limites do bairro Cais do Porto, vinculado à Secretaria Executiva Regional II na divisão político-administrativa do município. Contudo, muitos equipamentos que servem à comunidade estão disponíveis nos bairros adjacentes, integrantes de outra regional. A comunidade formou-se a partir da imigração em busca de oportunidades de emprego proporcionadas pelo porto e pela zona industrial que ele abriga. Além disso, esses e toda cidade foi progressivamente ocupado de forma espontânea ou organizada por famílias provenientes de diversos processos de remoção ocorridos no seu entorno, em grande parte, famílias vinculadas à pesca artesanal vitimadas pela especulação imobiliária e a expansão do uso residencial ao longo dos bairros à beira-mar. A presença do porto acarretou a implantação de infraestrutura de mobilidade, por exemplo, para escoamento das mercadorias, e também proporcionou a presença de atividades secundárias a ele relacionadas. É também um território que concentra diversas precariedades. A ocupação do Serviluz se deu em uma porção da cidade remodelada com a alteração do balanço sedimentar causada pelos molhes do porto que redesenharam a linha de costa. E como é possível constatar a partir do padrão de implantação de várias outras ocupações precárias na cidade, a opção de moradia para a população de baixa renda é normalmente longe do centro urbano ou em áreas de risco e fragilidade ambiental contígua ao antigo sítio ocupado. Este segundo é o caso do Serviluz. (PEQUENO, R.; PINHEIRO, V.; BARRETO, V.S. 2020, p. 3-4).

A história das pessoas de Cacimbas, contada por Teresa se mistura à história de um dos lugares mais estigmatizados do país. O Serviluz não é considerado pelo poder público um bairro da cidade de Fortaleza, visão que se difere da de seus moradores que consideram a região um bairro. Vale ser dito para melhor localizar o leitor que assim como era em cacimbas e em todas as localidades de Acaraú das quais esse estudo tentou abranger, o Serviluz também fica à beira-mar, é como se as pessoas removidas buscassem uma forma de manter parte dos seus hábitos tradicionais, como o próprio trecho acima nos traz, parece haver uma tentativa de manter a pesca artesanal como parte do cotidiano. Até mesmo porque, do que viveriam?

Outro ponto é que na história das pessoas que foram para o Serviluz a desapropriação não ficou só no passado e na primeira tomada das terras tradicionais. Ainda é uma constante na vida dessa população a luta por permanecer onde residem. Até os dias de hoje são comuns as tentativas u bem-sucedidas desapropriações e retiradas das pessoas que residem na região pelos mais diversos motivos, seja por especulação imobiliária, pois a região litorânea de fortaleza hoje é um ponto visado por empreendimentos turísticos e moradias de luxo, seja por parte do próprio poder público que de certa forma, na tentativa de tirá-los de lá atende aos mesmos motivos da alternativa anterior.

Quando olhamos para essa realidade, somos levados a entender que lá desde o início da colonização, quando seus ancestrais ainda viviam em Acaraú, até os dias de hoje, principalmente quando se fala do Serviluz, que essas populações vivem um processo de expropriação, violência e genocídio que nunca foi cessado. Nunca houve um lugar onde tenham conseguido viver pacificamente, seja pela carcinicultura em Curral Velho e na região, seja por empresas e posseiros na região de Acaraú, ou pelos fatores recém mencionados que extremem o Serviluz, estamos falando de donos da terra que, a partir da chegada das populações de origem europeia, não tiveram paz. E falando sobre o Brasil como um todo, estamos assistindo uma guerra desde o ano de 1500 que tenta exterminar, como vimos, das mais diversas formas possíveis, a existência das populações tradicionais.

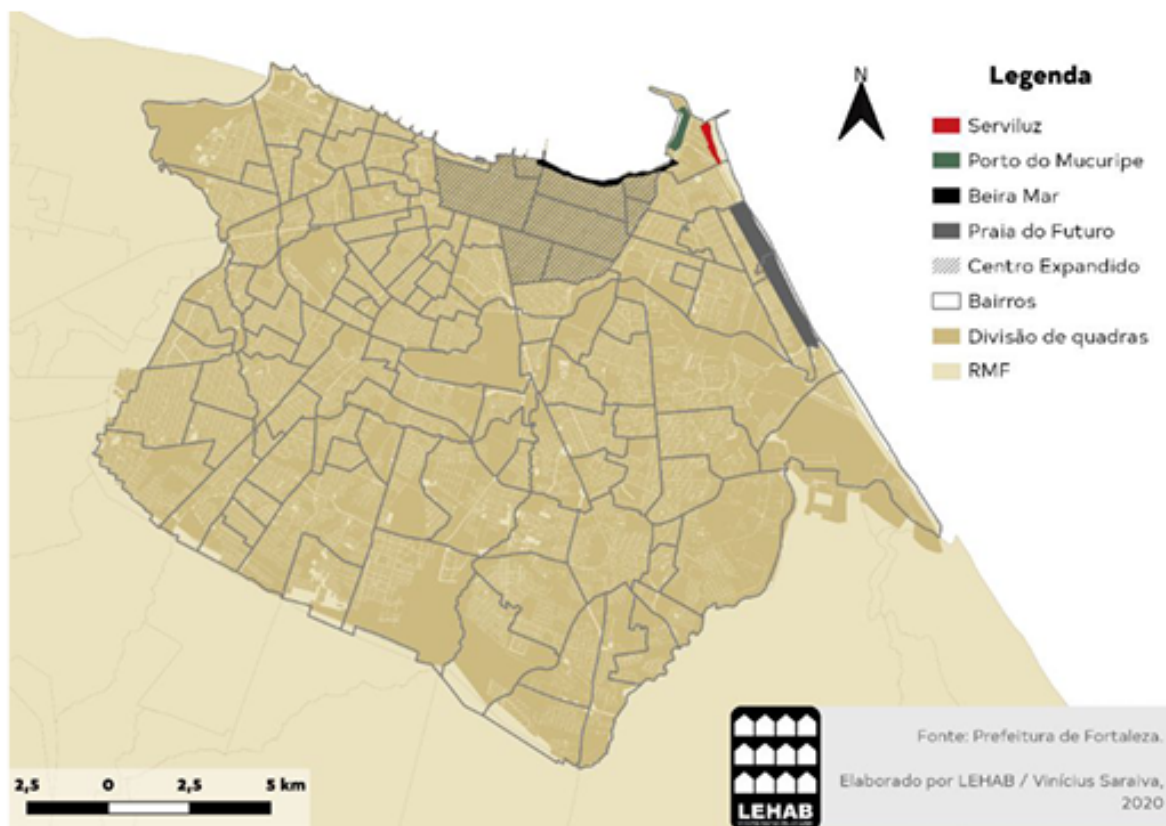


Figura 4: localização do Serviluz na cidade de Fortaleza. Fonte: LEHAB.

O Serviluz, então, é um bairro, uma favela ou uma comunidade? Essa oscilação da categorização sócio-espacial sobre o Serviluz nos deixa entrever um dos dilemas mais importantes da população local. Uma alternância no modo de representar a natureza da aglomeração humana que afeta os modos de personificação das relações sociais locais. Apesar dessa falta de garantia oficial para a representação do Serviluz como bairro, os moradores da favela preferem se classificar como moradores de um bairro (SÁ, 2011, p. 19).

Assim, o Serviluz não tem uma unanimidade sobre a forma com que todos ao seu redor veem o local, ou região, mas sem dúvidas o que pode ser dito sobre a região é que é um ponto de resistência, apesar de todas as tentativas de desapropriação o Serviluz persiste com seus moradores e suas histórias, sendo espremido pelos bairros com o metro quadrado mais caro da cidade de Fortaleza e pelos diversos empreendimentos que o querem expulsar.

Um tempo depois que tive a conversa com Teresa, e como sendo de Acaraú e desconhecendo a história dessa região de Fortaleza. Tive contato quase que por acaso com a Tese de doutorado em sociologia do professor Leonardo Sá (2010) que atualmente leciona na Universidade Federal do Ceará, e foi meu professor na graduação, ele no mínimo a última década toda tem estudado entre outros assuntos, violência e a vida nas favelas à beira-mar de Fortaleza.

Quando li alguns trechos do trabalho que falava da resistência da população do Serviluz, achei quase uma continuação das falas de Teresa, narrando como essa população se alocou em Fortaleza e vive em uma das favelas com altos índices de violência e menor IDH de Fortaleza. Vale ser dito que a ancestralidade indígena ainda é lembrada e para Sá (2010) ainda compõe a identidade dessa população, sendo inclusive utilizada como forma de justificar toda a sua resistência e luta ao longo do tempo. A seguir um trecho do trabalho de Sá (2010) onde ele, um de seus interlocutores, fala sobre resistência e sobre a sua ancestralidade indígena, comentando a memória de quando antes da parte do Serviluz onde ele vive hoje ser conhecida como Titanzinho, ela tinha um nome indígena, Ibioara:

Formavam uma comunidade de pescadores, onde todos viviam da pesca artesanal. O tempo da Ibioara, para Beбето, foi o tempo em que “firmou uma parada” semelhante a que existe em muitos locais do mundo onde existem comunidades de pescadores artesanais, resistindo ao avanço da civilização ocidental e capitalista com os impactos de suas grandes cidades. Beбето reconhece uma ancestralidade indígena e afirma que o estilo de vida desenvolvido por eles desde o tempo da Ibioara é tributário da vida das comunidades indígenas do qual são descendentes pela memória, por ouvir o falar de sua avó sobre essa herança, e pelo sangue, pelo reconhecimento dos laços de sangue com a matriz indígena do Ceará, sem que isso resulte numa identificação específica com alguma das nações, apesar de referências específicas aos povos de *Acaraú*, Camocim, Caucaia, Mundaú, Almofala, e alusões aos *Tremembé*, Tapeba, Tapuio, Pitaguary e Potiguara. Mas o traço de identificação passa pelo reconhecimento do “sangue de índio” das famílias de pescadores da Ibioara. Esse pertencimento à ancestralidade indígena é reputado em termos de estilo de vida mantido como uma forma de resistência cultural às mudanças impostas pela ordem da metrópole de Fortaleza à comunidade da Ibioara. A resistência, segundo Beбето, funcionou pela criação de uma imagem. “A gente criou uma imagem e dentro dessa imagem a gente vê que é diferente de vários outros

cantos de Fortaleza”. Essa imagem é o fundamento de um orgulho local referenciada na memória de resistência da Ibioara. Os de dentro e os de fora da comunidade do Titanzinho, comunidade herdeira da Ibioara, estão relacionados de modo desigual. Ou seja, reconhece-se que na ordem da cidade de Fortaleza, a Ibioara rendeu-se, ou foi rendida, à ordem da “favela”, do estigma, do preconceito e do racismo que aponta o lugar da favela como uma marca negativa de identificação.

Isso me faz pensar, como ainda hoje e mesmo distantes de seus territórios originários, essas famílias vivem em condições precárias e são exploradas por uma elite branca descendente e herdeira das terras roubadas de famílias indígenas. Até os dias de hoje, essas famílias lutam contra a expulsão de suas casas, agora sobre um “novo contexto” que é a especulação imobiliária, ainda são as mesmas famílias, as que exploram e são exploradas. São as mesmas pessoas de gerações diferentes e com um discurso feito para a dominação que carrega atualmente outro nome.

Outro ponto que também agrega a esse debate e por isso é interessante ser mencionado é que o Titanzinho, localizado na região que é conhecida como o bairro Serviluz, e que também é conhecido como Cais do Porto. Segundo dados da prefeitura de Fortaleza que estão contidos no anuário do Ceará, entre 2019 e 2020 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro é de 0,224 valor considerado extremamente baixo para esse índice sendo bastante inferior inclusive ao lado de regiões do mundo que se encontram em situação de guerra, o IDH considerado o mais baixo do mundo é o da Nigéria que é de 0,377.

Esse debate fica ainda mais chocante principalmente quando se compara esse índice ao de outros bairros e até ao índice geral da cidade onde estão incluídos, Fortaleza, onde o IDH é de 0,732, que entre as capitais do país já é o 4º pior índice, e mesmo assim já está muito acima do valor encontrado no Titanzinho. Já comparando a bairros considerados nobres de Fortaleza que estão inclusive fazendo fronteira com o Serviluz, como no caso do Meireles, por exemplo, a situação fica ainda mais gritante, pois nesse bairro o índice é de 0,953, sendo a título de comparação uma região com IDH muito semelhante ao dos três países onde esse índice é o mais alto, Noruega (0,957), Suíça (0,955) e Irlanda (0,955).

Tudo isso evidencia que mesmo que quiséssemos afirmar que o que ocorre no Brasil não é uma guerra cruel e histórica, não poderíamos afirmar que essa população em constante expropriação de tudo o que possui não vivesse igual, ou muito pior, do que na situação de uma guerra. Há uma guerra muito antiga no Brasil, marcada na memória e no corpo dessas pessoas que apesar das muitas tentativas de ser tornada invisível, ainda é muito real.

CONCLUSÕES

Até aqui trouxemos reflexões sobre o quanto muitos processos históricos se repetem em diferentes momentos, em algumas circunstâncias se distinguindo apenas por fachadas que tentam normalizar e banalizar processos muito violentos de cada época.

No primeiro capítulo, refleti sobre as primeiras camadas que podem ser vistas em Acaraú de uma maneira mais superficial. A cidade que sedia e que tem em seus entornos destinos turísticos como a famosa praia de Jericoacoara e que, ao mesmo tempo que em um primeiro momento pareça haver uma boa convivência entre tantos povos distintos ocupando espaços tão próximos, gradualmente a população da cidade vai revelando as suas complexidades.

Ainda nesse primeiro capítulo a reflexão também passa pelo ser acarauense, dentro de um contexto de tantos silenciamentos e tabus, evidenciando acima de tudo que esse suposto convívio pacífico com a diversidade que observamos em um primeiro olhar, é, na verdade fruto de uma série de processos históricos e sociais extremamente violentos.

Em seguida, no capítulo dois, a reflexão foi bem focada nos grupos responsáveis pela subjugação das populações de ascendência indígena. Passamos então por uma linha de pensamento que evidencia a relação entre a colonização e o coronelismo, findando em uma narrativa que nos mostra o poderosos são, e que grupos sociais representam até hoje as pessoas que exploram e subjagam a região. Tudo isso ilustrado pela fala e o testemunho de pessoas que tiveram suas vidas impactadas por conta desse arranjo de poder e violência que já a muitos séculos paira na cidade.

É ainda no capítulo dois que refletimos que esse suposto silêncio esconde muita dor e medo ainda hoje nas entrelinhas e nas memórias das pessoas vitimadas por todo esse processo na região. Nesse capítulo, na narrativa dos interlocutores chegamos a uma camada que denuncia e se revolta com tudo que aconteceu, ficando muito claro na fala de Teresa, interlocutora que nos trouxe muitos fatos da sua história de vida e seus ancestrais.

É no capítulo dois que entendemos que a expropriação da terra por parte dos invasores, não se findou apenas na expulsão das pessoas, mais em alguns casos, como o que foi vivido pela própria família de Teresa, resultou em uma completa transformação do território, que no caso de Cacimbas, envolveu inclusive a cobertura de parte da região por água, na construção de tanques gigantescos para a criação de camarões.

Já no terceiro e último capítulo, entendemos um pouco mais sobre o que aconteceu com as populações, expulsas e que não ficaram na região, como foi o caso da família de Teresa que se mudou para uma região até bem próxima da que foram expulsos. Aqui podemos perceber os laços que ainda existem com a terra de origem, mesmo com as gerações que não nasceram na região e o impacto político e social que isso teve na vida dessas pessoas. Também ficam visíveis os laços que existem até hoje com os que foram e os que ficaram em lugares próximos à terra original, seja quando são descritas as pessoas que foram para longe, quem são e onde moram até mesmo em períodos como o do carnaval, aonde chegam os famosos ônibus do Serviluz com as novas e velhas gerações retornando a cidade para aproveitar o carnaval.

É ainda nesse último capítulo, que entendemos que esse processo não se findou apenas com a tomada das terras e a imposição de uma força violenta em cima das populações que permaneceram aos arredores das regiões tomadas, como se isso já não fosse injusto e violento o suficiente. É nesse último momento que entendemos o impacto que todo esse processo de desigualdade e violência causa também nos grandes centros urbanos. As famílias expulsas e passaram por tantas injustiças em Acaraú, ainda vivem os resultados desse processo, ainda tem condições de vida extremamente precárias e ainda são subjugadas por herdeiros das que são hoje elites brancas. As tentativas de expulsão hoje acontecem pela especulação imobiliária e por parte do próprio Estado, que ainda é representado pelas mesmas famílias de sempre, pois os coronéis viraram os piores políticos que temos hoje.

As famílias de ascendência indígena que foram expulsas vivem uma espécie de *via crucis* até hoje, onde a história parece se repetir em muitos momentos da com nomes e mascaras distintos. O que podemos compreender de tudo isso é que em um país onde as igualdades se escondem por trás de um suposto mito de boa convivência entre as “três raças fundadoras” o que se tem, na verdade, é a eterna continuação do mesmo processo cruel. Ainda são negros e indígenas que vivem nas margens e são obrigados a continuarem nos mesmos papéis, ou por imposição de armas, ou de uma estrutura social, que como vimos até aqui foi muito intencionalmente construída e manipulada por gerações de pessoas que vieram invadir e subjugar os que já viviam aqui desde sempre.

Percebi durante toda a produção desse trabalho o quanto é difícil lutar inclusive para denunciar qualquer aspecto que vá contra essa ordem secular de

silenciamento. As pessoas de diversas formas ainda temem as punições que se encarnam ou por parte de pistoleiros e criminosos, por parte dos coronéis ou através dos deputados, ou inclusive até mesmo por parte do próprio Estado, que também “atende” a mesma gente.

Imagino o quanto deve ser difícil para o leitor, porque assim o foi para mim, conviver com a sensação de que ainda nos dias de hoje é muito difícil para essas populações se quer testemunharem, gritarem ou até mesmo mencionarem em voz alta a violência que sofreram. Quando Teresa se recusa a ter sua voz gravada quando ia mencionar que a família de poderosos transformou algumas áreas da cidade em cemitérios de famílias indígenas, ela não teme apenas uma estrutura imposta a ela por gerações, não é a história que ela teme, não é o passado, é o hoje.

É hoje porque no dia que as pessoas de Curral Velho se levantaram contra os carcinicultores eles foram recebidos a balas e ninguém foi punido por isso. É o hoje, pois no ano em que defendo essa dissertação (2022), estamos vivendo os últimos meses do mandato de um presidente que disse que em seu governo não seria demarcado um único centímetro de terra indígena. Foi duro entender para mim e imagino que também seja ao leitor refletir que não é um passado que até hoje aterroriza gerações e gerações, não é o passado que faz as pessoas se reconhecerem como indígenas e verdadeiros donos da terra. E quem se dizia dono da terra na mira de uma arma?

O grande objetivo deste trabalho é o de fazer a única coisa que eu pude quando refleti melhor sobre a história das pessoas do lugar de onde eu vim, contar histórias, levar adiante e deixar com que o máximo de pessoas possível saiba. Muitas das histórias que eu ouvi antes foram repetidas apenas nos núcleos familiares e agora já estão indo muito além, acredito que essa também era a vontade dos interlocutores que tiveram coragem de nos contá-las e escreverem junto comigo esse trabalho. Embora anônimos, a ideia era finalmente falar.

E não vamos esquecer também que ainda existem famílias com ascendência indígena que permaneceram até hoje de alguma maneira em uma parcela muito pequena do que antes eram suas terras tradicionais. Não vamos esquecer Lanza Velha, por exemplo. E não esqueçamos que como observamos no mapa trazido pela Figura 2, que este trabalho fala apenas de uma pequena região de Acaraú, no caso a região da qual eu estava mais próxima e tive mais fácil acesso. Tenho certeza de que tão grande como a extensão

territorial de Acaraú são o número de histórias de vida que seus limites e a região que o entornam guarda.

Este trabalho compreende apenas algumas regiões da cidade de Acaraú, mais relacionada a parte litorânea, que é bastante grande territorialmente e que provavelmente se em outros momentos fossemos investigar a parte mais “ao Sertão” da cidade também teríamos contato com uma série de narrativas similares às que trouxemos aqui.

É no sertão de Acaraú, ou como dizemos na região, nas matas, que se refugiaram muitas famílias indígenas e que até hoje existem comunidades indígenas que se reconhecem como pertencentes a etnia Tremembé e que se encontram na luta pela demarcação de suas terras.

É difícil imaginarmos como seria a configuração da região sem essas expulsões e conflitos. Provavelmente seria difícil imaginar inclusive qual seria a configuração da própria capital do Estado do Ceará, Fortaleza, se não tivessem acontecido esses processos. Durante todos os momentos da produção deste trabalho me perguntei como seria Acaraú se, por exemplo, a família de Teresa e seus vizinhos tivessem suas terras demarcadas e continuassem a viver na região historicamente habitada por eles.

Como seria se famílias como as que até hoje permanecem em Lanza Velha iniciassem o processo de demarcação de suas terras, que não foram doadas e sim retomadas em uma pequena fração do que eram, e hoje pudessem ter acesso aos programas e assistências que essas possibilidades em alguns momentos trazem.

Será que seria mais fácil? Se assumir como indígena durante um governo e de uma onda de conservadorismo onde o atual presidente em exercício do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, estimula a invasão de terras indígenas e diz que durante o seu governo não seria demarcada um único centímetro de terra desde o dia de sua posse em 2018? É bem mais fácil imaginar como seria do que de fato vivenciar todos esses processos descritos aqui.

Por todos esses motivos é que apesar da maioria dos interlocutores desta pesquisa reconhecerem que vivem muitos aspectos que os ligam a questões relacionadas a indigeneidade, poucos são os que desde um primeiro momento ou durante toda uma conversa se reconheceram como de fato indígenas. Porque é muito mais prioritário se manter vivo do que se reconhecer etnicamente.

Qual seria o lugar que teriam atualmente se lutassem para fazer reemergir essa identidade. Para Dona Marimar, por exemplo, esse aspecto só trouxe dor à sua família, mesmo não se reconhecendo como indígena, apenas o fato de ser apontada como uma trouxe sofrimento para seus filhos em diversos espaços. Que preço ela pagaria se se reconhecesse como indígena? E o quão distante seria esse preço do que ela já vem pagando durante toda a sua vida e todas as gerações a qual pertenceu?

Não esqueçamos que em muitos momentos o silenciamento é uma forma de resistir (DAS, 1999), quando não é a única forma que algumas pessoas têm. A torcida é para que um dia seja propício e seguro poder compartilhar sem medo a própria história e ter a posse do que foi pertencido a gerações.

Dito tudo isso, espero que esse trabalho tenha provocado reflexões no leitor como provocou em mim. Falar sobre o lugar de onde vim e de fato mergulhar na história da minha própria família, e de pessoas que sempre estiveram tão próximas a mim, foi sem dúvidas um exercício que me mudou. Talvez a relação com esta escrita tenha sido ainda mais profunda por conta dela ter sido feita por uma nordestina do interior do Ceará, tão longe de casa e da sua própria cultura, estando no Rio Grande do Sul e em meio a uma pandemia. Encerro confessando aos leitores que em muitos momentos só não desisti de escrever este trabalho porque respeito muito a confiança que as pessoas interlocutoras dele tiveram em mim e me senti na responsabilidade de trazer algumas de suas histórias adiante. Então também sou grata às pessoas interlocutoras deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (orgs.). 2000. **Pacificando o branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial SP/IRD.

ANTUNES, Ticiania de Oliveira. **1863**: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. Aedos n. 10 vol. 4 - Jan/Jul 2012.

ANUÁRIO DO CEARÁ- 2020.2021. [online] Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>

ARAÚJO, Nicodemos. **O município de Acaraú**. Gráfica do Jornal “O Acaraú”. Acaraú, 1940.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A árvore Pankararu**: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Invenção ou renascimento?** Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004.

BARREIRA, César. **Violência difusa, medo e insegurança**: as marcas recentes da crueldade. Revista Brasileira de Sociologia, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 217-242, jan./jul. 2013.

BARROS, José Julio de Albuquerque. [Discurso] 1 nov. 1878, falla com que abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Provincial. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879. Disponível em: . Acesso em: 14 Abril. 2022.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo de caso sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. **Desvendando o passado índio no Sertão**: memórias de mulheres do Seridó sobre as cablocas-brabas. Revista vivência, CCHLA, v. 1, n. 28, p. 145-157, 2005.

CERQUEIRA, Adriana Borges. **Narrativas tapuias como fonte histórica:** identidades, discurso e memórias. 2008. I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG. Disponível em: http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/16/file/Anais_I_Seminario_de_Pesquisa_da_Pos-Graduacao_em_Historia_UFG-PUC_Goias/pdfs/01_AdriaCerqueira_Narrativas_TapuiasComoFonte.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam.** Tradução de Manuela Rocha. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CUNHA, Manoela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

DAS, Veena. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo:** alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciências Sociais: Jun 1999.

_____. Veena. **O ato de testemunhar:** violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu. Campinas - São paulo, 2011.

DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 175-194, jul./dez. 2019.

FERNANDES, Janaína Ferreira. Do profano ao sagrado: um estudo de caso a partir dos discursos sobre o Torém entre os Tremembé de Almofala. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 5, n. 1, p. 107-125, jan./jun. 2013.

FERNANDES, Janaína Ferreira. Falar para sobreviver: o Torém e o processo de reelaboração étnica dos Tremembé de Almofala. Monografia apresentada à Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GUERRAS DO BRASIL.DOC. Direção: Luiz Bolognesi. Ep. 1. A guerra da conquista. Estreia em Abril de 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Presente de branco:** a perspectiva indígena dos brindes da civilização (Amazônia, século XIX). Revista Brasileira de História, vol. 37, no 75, pp. 195-216. 2017.

IPECE. Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE). **Perfil básico municipal.** Acaraú, 2011. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2011/Acarau.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

KRENAK, Ailton. Entrevista. In: GUERRAS do Brasil.doc. As guerras da conquista. Direção de Luiz Bolognesi. São Paulo: Buriti filmes, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Aline Silva; XAVIER, Patrícia Pereira. Org. O canto das garças me contou. Fortaleza : Iphan, 2017.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo**: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Repositório UFPA. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107>>. Acesso em: 17 out. 2017.

LIMA, Ronaldo de Queiroz. **Os Tremembé do centro de cura, em queimadas**: A formação de um grupo social. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MAGALHÃES, Eloi dos Santos. **Aldeia! Aldeia!** A formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do toré. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2007.

MENDES, Karla. ‘Não sou pardo, sou indígena’: Mobilização indígena para autodeclaração no censo de 2022. Mongabay. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/06/nao-sou-pardo-sou-indigena-mobilizacao-indigena-p-ara-autodeclaracao-no-censo-de-2022/>. Acesso em 29 Ago.2022.

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. **Etnicidade e diálogo político**: a emergência dos Tremembé. Dissertação de Mestrado em Sociologia de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1995.

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. **Etnicidade e diálogo político**: a emergência dos Tremembé. Dissertação de Mestrado em Sociologia de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1995.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MOONEN, Frans. **Povos indígenas no Brasil**. 2. ed. Disponível em: <http://dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen_povos_indigenas_br_2008.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MOURA, Brisa Pires. **A Parte com índio: Interpretações sobre a ascendência indígena em Acaraú.** Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Ceará – UFC. 2018.

MUNIZ, Tatiane Pereira. Covid 19 em números: os quesitos raça e cor e as controvérsias das notificações. Altera: Revista, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó.** Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. **Por uma antropologia histórica dos povos indígenas: Reflexões críticas e perspectivas.** Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 7-31, set.dez. 2020

_____. **As mortes indígenas na formação do Brasil:** o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos. *In:* O nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação”, regime tutelar e formação e alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, regime tutelar e formação e alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. **Os caxixós do capão do Zezinho:** uma comunidade indígena distante das imagens da primitividade e índio genérico. *In:* Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2003.

_____. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades / João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro : Contra Capa, 2016.

_____. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In:* A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2004.

_____; Carlos Augusto da Rocha Freire. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PATRICIO, Edgar. **Solidariedade à comunidade de Curral Velho (Acaraú).** Jornal o Povo. 17/09/2004. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/ecologia/2004/09/17/noticiasecologia,401847/solidariedade-a-comunidade-de-curral-velho-acarau.shtml>. Acesso: 23/06/2022

PERES, Sidnei. **Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-1967)**. In: A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2004.

PEQUENO, R.; PINHEIRO, V.; BARRETO, V.S. **Grande problema urbano: tentativas de remoção e resistência no Grande Serviluz**. Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB). Fortaleza, 2020.

PESAVENTO, S. **História e história cultural**. São Paulo: Autêntica, 2014.

PINHEIRO, Joceny de Deus. Iracema, a virgem dos lábios de mel: negação e afirmação da indianidade no Ceará contemporâneo. **Gis – Gesto Imagem e Som**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO ALEGRE, Maria Silvia. Rompendo silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. **Revista ethnos**, v. 2, n. 2, jan./jun. 1998.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a colonização no Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo-SP. 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, Edgardo (orgs.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. 201-246. Buenos Aires: Clacso, 2000.

RAMOS, Alcida Rita. **Da etnografia ao indigenismo: uma trajetória antropológica**. Anuário Antropológico, Brasília, v. 2009, n. 1, p. 43-56, jun. 2010. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202009_I%20Jun%2002%2010/Da%20etnografia%20ao%20indigenismo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

REDAÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Igreja ressurgiu das dunas após ficar 45 anos soterrada. 22 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/igreja-ressurgiu-das-dunas-apos-ficar-45-anos-soterrada-1.818096>. Acesso em: 30 Set. 2022.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/58523>>. Acesso em: 17 out. 2017.

SÁ, Leonardo Damasceno. **Guerra, Mundão e Consideração: Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz**. Tese de Doutorado em Sociologia. UFC, Fortaleza. 2010.

SÁ, L, D. de; BARREIRA, C. Favela, comunidade ou bairro? A espacialização das relações sociais na perspectiva de jovens surfistas do Titanzinho. Anpocs. 35º Encontro da Anpocs, 2011.

SAID, Edward. **Orientalism**. NovaYork: Vintage. 1979.

SAMPAIO, José de Augusto Laranjeiras. **Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil: o caso Kapinawá**. Projeto de Pesquisa para Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH – Unicamp, Campinas, 1986.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **“A história tá é ali”**: sítios arqueológicos e etnicidade. Laudo antropológico. In: Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2003.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Reconhecimento étnico em exame**: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2003.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sobre o diretório pombalino. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2003.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016.

VALLE, Carlos G. O. **Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará**. In “A viagem da volta”, João Pacheco de Oliveira (org.). 2. ed. Contra Capa Livraria / LACED, 2004.

VALLE, Carlos G. O. **Terra, tradição e etnicidade**: Os Tremembés do Ceará. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

VIEGAS, Suzana de Matos. **Índios que não querem ser índios**: etnografia localizada e identidades multi-referenciais. Etnográfica, v. 2, n. 1, 1996.

XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os brancos**: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2010.